

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

Priscila Sousa Pereira

**MULHERES RURAIS NA LUTA PELA ÁGUA:  
CONSTRUÇÕES DO DESENVOLVIMENTO NO SEMIÁRIDO  
PARAIBANO**

Santa Maria, RS  
2021

Priscila Sousa Pereira

**MULHERES RURAIS NA LUTA PELA ÁGUA:  
CONSTRUÇÕES DO DESENVOLVIMENTO NO SEMIÁRIDO PARAIBANO**

Dissertação apresentada ao curso Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Orientador: Prof. Dr. Joel Orlando Belivaqua Marin

Santa Maria, RS  
2021

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001

Pereira, Priscila Sousa  
MULHERES RURAIS NA LUTA PELA ÁGUA: CONSTRUÇÕES DO  
DESENVOLVIMENTO NO SEMIÁRIDO PARAIBANO / Priscila Sousa  
Pereira. - 2021.  
91 p. ; 30 cm

Orientador: Joel Orlando Bevilaqua Marin  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós  
Graduação em Extensão Rural, RS, 2021

1. Políticas de água 2. Semiárido 3. Mulheres rurais  
4. Convivência 5. Simbologia da água I. Marin, Joel  
Orlando Bevilaqua II. Título.

sistema de geração automática de ficha catalográfica da unsm. dados fornecidos pelo autor(a). sob supervisão da direção da divisão de processos técnicos da biblioteca central. bibliotecária responsável paula schoenfeldt satta cmn 10/1728.

Declaro, PRISCILA SOUSA PEREIRA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

**Priscila Sousa Pereira**

**MULHERES RURAIS NA LUTA PELA ÁGUA:  
CONSTRUÇÕES DO DESENVOLVIMENTO NO SEMIÁRIDO PARAIBANO**

Dissertação apresentada ao curso Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Extensão Rural**.

Aprovada em 15 de dezembro de 2021

---

Joel Orlando Bevilaqua Marin, Dr. (UFSM) - Videoconferência  
(Presidente/Orientador)

---

Everton Lazzaretti Picolotto, Dr. (UFSM) – Videoconferência

---

Amanda Christinne Nascimento Marques, Dr. (UFPB) – Videoconferência

Santa Maria, RS  
2021

Em memória ao meu avô José Nunes Soares, todo meu amor e afeto. Obrigada por sempre acreditar no meu potencial, e desculpe por não poder ficar quando o senhor pedia para não ir embora com olhos cheio de lágrimas. Saudades eternas meu querido vovô, te amo.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer a minha Mãe Maria do Carmo, ao meu Pai José de Arimatéia, as minhas irmãs Paloma Souza e Patrícia Sousa pelas incansáveis orações feitas por mim. A toda família desde tios(a) e primos(a) mais próximos que me deram força e acreditaram em mim. E que foram inspiração para a construção da minha dissertação.

Agradeço ao meu orientador, prof. Joel Orlando Bevilaqua Marin, que conduziu e incentivou a realização deste trabalho com toda sua sabedoria e seu humanismo em se colocar no lugar do outro. O senhor foi indispensável em toda minha caminhada.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em extensão Rural (PPGExR) da universidade federal de Santa Maria (UFSM), a todos os professores que proporcionaram conhecimentos válidos para meu crescimento profissional e pessoal e às secretarias que sempre atendeu com muita dedicação. E aos meus colegas que me receberam bem e me ensinaram a cultura gaúcha. Em especial às minhas irmãs do coração Bruna Lunkes (Mozão), Vanessa Picolloto (Vanessinha), Larissa Langer (Lhari), Gisele Simi (Ghi). Obrigada pelos momentos maravilhosos que pudemos compartilhar.

As minhas melhores amigas Raiana e Renata que desde o início da minha caminhada acadêmica, também a minha amiga Cleomara que está desde a graduação está na caminhada junto comigo.

Agradeço quem esteve no início da minha caminhada e permaneceu com carinho ao casal Daivyd e Edvania que me acolheram na chegada a Santa Maria. A Ravena, Emily, Clarissa, Sabrina, Luana, Yosany, Kelly Rodrigues Luise e aos meus “carrapatos” Bárbara e Natielli que me fizeram companhia nesta reta final. A Letícia, Nenego, Aline, Erika, Mylena, Damaris, Renata, Andressa, Ana e Thai do grupo sala do café, que me fizeram companhia nos estudos online.

Agradeço aos meus professores que foram da graduação, Alvaro Carlos, Marcos Barros, e Amanda Marques que me acompanham em toda a minha caminhada acadêmica. Em nome da Bruna Surdi agradecer a assistência de assuntos estudantis Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, pelo acesso ao restaurante Universitário e a casa do estudante.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Finance.

## RESUMO

### MULHERES RURAIS NA LUTA PELA ÁGUA: CONSTRUÇÕES DO DESENVOLVIMENTO NO SEMIÁRIDO PARAIBANO

AUTORA: Priscila Sousa Pereira  
ORIENTADOR: Joel Orlando Bevilaqua Marin

Esta dissertação tematiza a incorporação da perspectiva de gênero na formulação e efetivação de políticas de água e nas lutas sociais de mulheres rurais pelo acesso à água, no Semiárido Paraibano. Foram utilizados autores como: Scott (1995), Heleieth Saffioti (1997), Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1988), Ana Maria Quiroga (1984), Maria Antônio de Alonso Quiroga (1985), Pierre Bourdieu (1999) e outros. O objetivo geral é estudar as políticas públicas de acesso à água e as experiências de vida e lutas sociais de mulheres rurais no Semiárido Paraibano. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa e foi desenvolvida na comunidade Sítio Chapada, município de Imaculada, estado da Paraíba. Para a produção dos dados de pesquisa, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito mulheres rurais, combinadas com o levantamento de documentos relacionados às políticas públicas para acesso à água. A questão da água para as populações rurais do Semiárido da Paraíba insere-se em uma discussão mais ampla e complexa, que articula relações de poder, divisão sexual do trabalho, organização social e desenvolvimento. A política pública Frente de emergência instituída foi uma das ações que mais representou na década de 80 e 90 para o combate às adversidades sobre as estiagens e acesso de água. Mas inicialmente as mulheres foram excluídas, o que gerou lutas para serem inseridas no programa. Na primeira década do século 20, com a organização e efetivação da Articulação do Semiárido Brasileiro, criou-se o programa Um Milhão de Cisternas inovando com a construção de cisternas para a captação de água da chuva, que levou mais dignidade às mulheres. Na demanda do surgimento de novas famílias houve a criação através do governo do estado da Paraíba com o financiamento do banco mundial o Projeto Cooperar para as construções de novas cisternas nas comunidades pobres e carentes do estado. Mesmo não sendo, em geral, as provedoras familiares, as mulheres também assumem um importantíssimo papel na ajuda financeira em seus lares, embora o homem se mantenha como chefe e possua mais reconhecimento político. No sertão, essa realidade ainda persiste e elas nem sempre estão praticando atividades remuneradas, construídas sob uma perspectiva centrada no poder patriarcal. Contudo desempenha no imaginário das mulheres como a água teve associado às festividades religiosas, o saber erudito, as sensações sentimentais com a falta e a abundância e a sensualidade em torno da água como a vida. Concluo que as reflexões deste estudo colaboram para a atualização da visão que se deve ter do papel da mulher nos diversos momentos relacionados à água, em variados cenários e contextos sociais.

**Palavras-chave:** Políticas de água. Semiárido. Mulheres rurais. Convivência. Simbologia da água.

## ABSTRACT

### RURAL WOMEN IN THE FIGHT FOR WATER: CONSTRUCTIONS FOR DEVELOPMENT IN THE SEMIARID PARAIBAN

AUTHOR: Priscila Sousa Pereira  
ADVISOR: Joel Orlando Bevilaqua Marin

This dissertation discusses the incorporation of a gender perspective in the formulation and implementation of water policies and the social struggles of rural women for access to water, in the semiarid region of Paraíba. Authors such as: Scott (1995), Heleieth Saffioti, (1997), Durval Muniz de Albuquerque Júnior (1988), Ana Maria Quiroga (1984), Maria Antônio de Alonso Quiroga (1985), Pierre Bourdieu (1999) and others were used. The general objective is to study public policies on access to water and the life experiences and social struggles of rural women in the semiarid region of Paraíba. The research had a qualitative approach and was developed in the Sitio Chapada community, municipality of Imaculada, state of Paraíba. For the production of research data, semi-structured interviews were carried out with eighth rural women, combined with a survey of documents related to public policies for access to water. The issue of water for rural populations in the semiarid region of Paraíba is part of a broader and more complex discussion, which articulates power and power relations; sexual division of labor; social organization, and development. The established emergency front public policy was one of the actions that most represented in the 80s and 90s to combat the adversities of droughts and access to water. But initially, women were excluded, which led to struggles to be included in the program. In the first decade of the 20th century, through the organization and implementation of the Brazilian Semiarid Articulation, the One Million Cisterns program was created, innovating with the construction of cisterns to capture rainwater, which brought more dignity to women. In the demand for the emergence of new families, the Coopered Project was created through the government of the state of Paraíba, with funding from the World Bank, for the construction of new cisterns in the state's poor and needy communities. Even though they are not, in general, family providers, women also play an extremely important role in providing financial assistance in their homes, although the man remains the head and has more political recognition. In the sertão, this reality persists and they are not always engaged in paid activities, built from a perspective centered on patriarchal power. However, it plays in the imagination of women how water was associated with religious festivities, erudite knowledge, sentimental sensations with luck and abundance, and sensuality around water as life. I conclude that the reflections of this study collaborate to update the vision that one should have of the role of women in different moments related to water, in different scenarios, and in social contexts.

**Keywords:** Water policies. Semiarid. Power relations. Rural women's Coexistence. Water symbology.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização da área pesquisada .....	21
Figura 2 -	Agricultores durante alistamento para trabalhar nas frentes de emergência .....	30
Figura 3 -	Mulheres grávidas da frente de emergência em 1983 .....	32
Figura 4 -	Mobilizações das mulheres para trabalhar nas frentes de emergência (a) .....	33
Figura 5 -	Mobilizações das mulheres para trabalhar nas frentes de emergência (b) .....	33
Figura 6 -	Mulheres trabalhando nas frentes de emergência .....	34
Figura 7 -	Área de abrangência do Programa Frentes Produtivas de Trabalho.	37
Figura 8 -	Carro pipa cadastrado pelo Ministério do Exército.....	44
Figura 9 -	Mulheres construindo cisterna de placa .....	51
Figura 10 -	Recebimento da Cisterna de Placa da Família Sousa Pereira .....	53
Figura 11 -	Área de Atuação do Projeto Cooperar-PB Compreendendo o estado por Gerências Regionais e Escritórios .....	55
Figura 12 -	Priorização dos 100 municípios com maior vulnerabilidade agroclimática .....	57
Figura 13 -	Cisterna construída pelo Projeto Cooperar-PB .....	57
Figura 14 -	Hortas domésticas com hortaliças e plantas medicinais .....	66
Figura 15 -	Hortas domésticas com hortaliças e plantas medicinais .....	66
Figura 16 -	Quintais domésticos .....	67
Figura 17 -	Quintais domésticos .....	67
Figura 18 -	Chuva no nascente .....	78

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos pipeiros para cada município e a população atendida .....	42
Tabela 2 - Orçamento do Projeto .....	56
Tabela 3 - Quantidade de subprojetos questão de gênero .....	58

## LISTA DE SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
ASA	Articulação do Semiárido Brasileiro
AISA	Avaliação de Impactos socioambientais
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIBRAZEM	Companhia Brasileira de Armazenamento
CIGRAGO	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário da Paraíba
CMDRS	Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMNE	Comando Militar do Nordeste
COBAL	Companhia Brasileira de Alimentos
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
COOPERAR / PB	Projeto Cooperar do Estado da Paraíba
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
DOU	Diário Oficial da União
FEBRABAN	Federação Brasileira das Associações dos Bancos
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
INAM	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IOCS	Inspetoria de Obras Contra as Secas
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MD	Ministério da defesa
MDR	Ministério do Desenvolvimento Regional
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
OME	Organizações Militares Executoras
PIMC	Programa um Milhão de Cisternas Rurais
PCPR	Projeto de Combate à Pobreza Rural
PCSA	Programa de Convivência com o Semiárido
SEAFDS	Desenvolvimento do Semiárido
SPM	Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
USP	Universidade Federal de São Paulo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
MARCO REFERENCIAL TEÓRICO .....	15
PASSOS METODOLÓGICOS .....	21
PLANO DA OBRA .....	23
<b>1 MULHERES RURAIS NAS CONFIGURAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA ÁGUA E AS ORGANIZAÇÕES DE MOVIMENTOS SOCIAIS</b> .....	25
1.1 A MULHER NO NORDESTE BRASILEIRO: POLÍTICAS DE ACESSO ÁGUA PARA O SEMIÁRIDO .....	25
1.2 OPERAÇÃO CARRO-PIPA NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO .....	39
<b>2 A CONSOLIDAÇÃO DA ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO E A CONTINUIDADE DA POLÍTICA DE ÁGUA NA PARAÍBA</b> .....	47
2.1 GÊNESES DA ASA: É PRECISO CONVIVER PROJETO PIMC .....	47
2.2 CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS PARA A CONSTRUÇÃO DA CISTERNA DE PLACA .....	52
2.3 PROJETO COOPERAR-PB .....	53
<b>3 MULHERES RURAIS NA RELAÇÃO DE TRABALHO DA CASA A ROÇA</b> .....	60
3.1 MEU NOME É “AJUDA”: O COTIDIANO DAS MULHERES .....	61
3.2 PATRIARCADO NO ESPAÇO RURAL .....	68
<b>4 A MULHER RURAL E A DIMENSÃO SIMBÓLICA DA ÁGUA</b> .....	72
4.1 AS SENHORAS DAS ÁGUAS .....	72
4.2 AS MULHERES RURAIS E OS SABERES POPULARES .....	75
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	80
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	83

## INTRODUÇÃO

A construção desta dissertação traz aspectos da realidade vivenciada por mulheres rurais do semiárido do estado da Paraíba em suas relações com as políticas públicas de água e as construções sociais para convivência com a escassez ou a falta de água. Entro com minhas memórias, com a preocupação de desnaturalizar valores, de provocar transformações. São histórias vivenciadas por muitas mulheres e que são guardadas para que não tenham visibilidade, e muitas vezes por medo de estar contando histórias consideradas socialmente masculinas ou por serem negadas moralmente.

Filha de agricultores familiares, residentes na zona rural do município de Imaculada do estado da Paraíba, viveu a experiência de não ter água e de conviver com pouca água, eu e minha família tivemos de carregar água para garantir a nossa sobrevivência. Essas experiências eram comuns no passado na minha localidade e deixavam marcas indeléveis nas histórias das famílias sertanejas. Essas mulheres, mesmo como uma vida marcada por tantas privações, conseguiam desenvolver estratégias, ferramentas e histórias de lutas, marcadas por muita determinação, e cuidados com a família, com as culturas agrícolas e criações, necessárias à vida e à geração de renda.

As relações das mulheres rurais com a água são profundas e vai muito além das necessidades domésticas, ao que diz respeito a saciar a sede, cozinhar, higienizar as mãos e o corpo, limpar a casa, lavar a louça, e as roupas. No contexto de muitas comunidades, em diferentes regiões da Paraíba e outros estados do Nordeste, sempre coube às mulheres a responsabilidade de buscar água e, para isso, acaba exercendo uma rotina de trabalho estafante e perigosa, devido a longas distâncias a percorrer, ao peso de carregar as latas d'água e aos transtornos que podem encontrar durante o trajeto.

Carregar água na cabeça das fontes para abastecer a casa foi, por muito tempo, representado como extrema pobreza, de uma vida marcada pela dor, sede, fome e doença e morte. Muitas vezes, também representado como castigo, porque a ausência de acesso ao uso da água no Brasil só teve efeitos catastróficos para aqueles que historicamente estiveram distantes das decisões políticas, com ausência de tudo: de civilidade, de trabalho, de políticas públicas e de planejamento hídrico e até de temor a Deus. Além disso, para desviar a atenção dos jogos de interesses sobre o uso da água, criou-se uma cultura pela qual afirmava que nós, nordestinos, sofríamos com a seca como castigo ou por efeitos das questões climáticas, enquanto a principal causa era escamoteada: a democracia do uso da água. Quando minhas lembranças me levam para minha casa no sertão muitas imagens, cheiros e cores vêm à

superfície: o cheiro do feijão no fogão a lenha, para ser servida com arroz de leite e batata doce; a carne de frango caipira para ser servida com feijão verde e jerimum caboclo. O pote de barro, ao lado da pia, coberto com um pano de saco bem branquinho e amarrado com uma fita de borracha. No quintal, uma bica que estava pronta para receber as águas do céu e encher a cisterna e trazer alegria para minha família e para tantas outras que viviam no Semiárido paraibano. Quando a chuva chegava, sempre era recebida com festa, impregnada pelo delicioso cheiro da terra molhada; pela farra das crianças ao tomar banho nas bicas. Eram meninos, meninas adolescentes, senhoras, enfim, todos se juntavam na festa da democracia provocada pela água que chegava à região.

As lembranças vivenciadas nos períodos das estiagens também foram muito marcantes, mas pela tristeza de não ter água e saber que todo o cenário verde iria deixar de existir. Os pássaros já não iam cantar. O calor intenso fazia os animais procurar sombras do Juazeiro, árvore típica do Nordeste e a única a manter a folhagem verde. O sentimento de ver os animais morrendo de sede e de fome é indescritível. É um dos sentimentos mais difíceis, que se mistura com a incapacidade de saber que muito pouco ou nada se pode fazer para salvar, em meio às lágrimas.

Eram frequentes as notícias em rádio e televisão que não se previa chuva por muitos meses, mas sempre fomos levados a crer que, se tivermos fé, iria ter inverno, mesmo os especialistas prevendo. Com fé, a ciência do homem não importava. E mesmo diante de tantas alertas, o socorro dos governantes demorava a chegar e, principalmente, em municípios e zona rurais mais distantes com acessos precários das estradas de terra.

Durante a seca, lembro-me que um dos barulhos mais felizes de ouvir era o do ronco do motor do caminhão pipa, que trazia água para abastecer a cisterna. Ver toda aquela água que parecia mais reluzente, saindo das mangueiras, era fascinante de ver e ouvir. Quando tinha água caindo fora, logo tinha alguém que colocava um balde, para não perder cada gota. Minha mãe sempre retribuía o pipeiro, oferecendo-lhe um café preto, em agradecimento por ele ter levado água. Nesse sentimento de gratidão, o motorista se tornava como se fosse da família e, no inverno próximo, ele seria convidado para sentar-se à mesa, para comer feijão verde e milho, como forma de comemorar a bonança e o ano ruim que ficou para trás.

Sobre as políticas de água, tenho lembrança das frentes da emergência, quando meu pai e vários homens da minha comunidade iam cavar uma cacimba para “dar água”, como se falava entres os adultos. Exatamente neste lugar, a água era salobra com aparência turva que até os animais se recusam a beber. Mesmo assim, essa água era usada para tomar banho e os afazeres de casa e lavar roupa. Todos os dias de manhã cedo, íamos buscar junto com minha

mãe para conseguir água, pois certa hora secava como se não tivesse vazão de água em excesso. Com isso, chegou um dia que parou de fluir água e secou a cacimba, para a tristeza de todos que ali se abasteciam.

Acompanhei de perto a construção da cisterna da minha casa pelo Programa 1 Milhão de Cisternas, enquanto os homens trabalhavam ajudava minha mãe na cozinha para alimentar os trabalhadores. Eu gostava de observar como a cisterna se erguia e tomava forma. Nas primeiras chuvas, a grande alegria foi quando a cisterna transbordou. E todos repetiam a mesma expressão, “isso é uma riqueza”. No retorno a minha comunidade, já para fazer a pesquisa de campo, conheci o Projeto Cooperar, que no estado da Paraíba esta dando a continuidade às construções de cisternas para as novas famílias na zona rural do estado.

O objetivo geral da dissertação é analisar as experiências e relações sociais estabelecidas por mulheres rurais no reconhecimento da incorporação da perspectiva de gênero e água, a partir dos processos de lutas sociais no semiárido, dos trabalhos e cuidados da família, das criações e plantações, bem como das representações simbólica da água. Os objetivos específicos são: a) estudar as diferenciadas políticas públicas de água no Nordeste e, mais especificamente no semiárido da Paraíba, perpassando pelos Programas de Frentes de Emergência, Operação Carro Pipa, Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA e o Projeto Cooperar, perscrutando como as questões de gênero foram inseridas no percurso destas políticas de acesso à água; b) analisar as práticas, os conhecimentos e as estratégias de resistência para convivência com a estiagem, construídas pelas mulheres rurais do sertão paraibano, considerando as dinâmicas do seu trabalho na casa, no quintal e na roça, para o atendimento das necessidades de abastecimento de água para sua família, seus animais e plantações; c) estudar, sob a perspectiva das mulheres rurais de Imaculada, as representações socialmente construídas em torno da água, a partir das percepções de fartura ou a falta, das crenças e conhecimentos populares, das manifestações festivas e religiosas, e das memórias coletivas contadas e repassadas entre as gerações.

## MARCO REFERENCIAL TEÓRICO

De acordo com Soares (2009, p. 33), para as mulheres do campo, a água também significa trabalho. Dentro da rotina feminina, elas utilizam desse bem em muitas tarefas, como para a preparação de refeições, a lavagem de vasilhas e roupas, banho das crianças, a limpeza da casa, entre outras atividades. Frente à complexidade dos desafios decorrentes de tais questões a necessidade do reconhecimento do conflito na gestão, assim como de uma

transformação profunda nas abordagens adotadas para que contemplem as especificidades inerentes à natureza de uma política pública que tem como objetivo a democratização da água se faz premente. Ribeiro (2008, p. 17) observa os conflitos da água na sociedade:

A água é fonte de riquezas e de conflitos. A água é riqueza porque foi transformada em uma mercadoria de escala internacional. [...] ela também gera riqueza ao ser usada como insumo produtivo na agricultura, na indústria e geração de energia. Água é fonte de conflitos porque sua distribuição natural não corresponde à sua distribuição política.

É necessário que as mulheres sejam reconhecidas como agentes do espaço público e como sujeitos de direitos, por suas lutas pela terra, pela água e pelo acesso aos programas de desenvolvimento rural. A incorporação da perspectiva de gênero na gestão das águas nacionais aponta para este caminho, uma vez que valoriza a participação da mulher fortalecendo a condição social de quem, por orientação cultural e por subjetividade individual, está posicionada de maneira mais estratégica para zelar pelas novas gerações.

Esse é um aspecto que desponta dentro de um cenário marcadamente machista. Assim, a valorização da mulher sertaneja é um modo de compreender a situação sócio-histórica do sertão nordestino. Elas, que se supõe passar ao largo dos principais movimentos políticos, sociais e econômicos, são forças que precisam ser valorizadas, assumindo seu lugar de liderança familiar e comunitária (FISCHER, 2001).

Melo (2005) considera que os estudos de gênero, na realidade rural, pouco objetivam a inclusão da mulher na agricultura e nas políticas de desenvolvimento. Essas políticas públicas para o semiárido, geralmente, quando não ficam no papel, não contemplam ou, ao incluir o gênero, faz muito deficientemente. Tais posturas revelam certo descaso com as problemáticas significativas das mulheres rurais, pois mais da metade do semiárido é composto por mulheres que participam ativamente dos trabalhos do setor agropecuário.

(...) Os direitos declarados e garantidos nas leis só têm aplicabilidade por meio de políticas públicas correspondentes, as quais, por sua vez, operacionalizam-se mediante programas, projetos e serviços. Por conseguinte, não tem sentido falar de desarticulação entre direito e política se nos guiarmos por essa perspectiva. (PEREIRA, 2001, p. 223).

No caminho da equidade social das trabalhadoras rurais é necessário à implementação de novas políticas públicas de gênero, face à grande desigualdade social ainda existente no meio rural. Principalmente, no que tange à invisibilidade de seu trabalho, com o fim de erradicar as desigualdades e exclusão social de gênero, contribuindo para efetivação da

cidadania. Em face destas questões, os movimentos sociais passaram a defender a proposta de que as políticas públicas sociais e de combate à pobreza tenham como público alvo prioritário as mulheres.

Os movimentos sociais, sobretudo, na tentativa de inserção igualitária das mulheres, construíram frentes de lutas pela ampliação de seus direitos e políticas públicas para atendimento de necessidades básicas. Para Gohn (1995, p. 44), movimentos sociais:

São ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

No sistema capitalista e patriarcalista, tal como vivemos, as contradições e injustiças nas relações de gênero afetam todas as mulheres, entretanto de formas diferentes e desiguais conforme as condições de classe social, etnia e geração. As mulheres, em sua grande diversidade socioeconômica e distintos contextos históricos e socioambientais, estão estruturalmente subjugadas aos homens e vivenciam na pele, não apenas discriminações e opressões de gênero, mas também às relacionadas à classe, raça e etnia, de forma profundamente entrelaçada (SAFFIOTI, 1997 p. 59-79).

As políticas de desenvolvimento rural, até a década passada, não reconheciam o trabalho das mulheres e o caracterizavam como mera ajuda aos homens. Esta concepção contribuía para a naturalização das desigualdades de gênero e a conseqüente dependência das mulheres ao universo masculino “Frequentemente as análises ignoram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes” (SOUZA-LOBO, 1991, p. 274). O não reconhecimento do trabalho da mulher na produção agrícola familiar reflete as desigualdades de gênero, considerando que a divisão é marcada pela atividade produtiva da roça e o trabalho reprodutivo em casa, de maneira mais específica, essa divisão contempla quatro componentes: a roça, a casa, a criação e o quintal (CARNEIRO, 1981; HEREDIA, 1979).

A participação considerada como secundária da mulher na agricultura familiar resulta na invisibilidade “socialmente construída e intimamente relacionada com sua organização” (CARNEIRO, 1981, p. 2) é ignorar e negar a condição da mulher como produtora agrícola é internalizado não só por ela, mas pela família como um todo, permeando ainda outros espaços

públicos do campo, como o Sindicato de Trabalhadores e as associações rurais, e indo mais além quando não é reconhecida pelos programas e projetos de desenvolvimento.

A história desses movimentos sociais é também a da constituição das mulheres como sujeito coletivo por meio de sua mobilização em torno da luta pela redemocratização, quando deixam a esfera privada e passam a atuar nos espaços públicos, tornando público temas até então confinados à esfera privada. Os movimentos sociais de luta pela redemocratização do regime tinham mulheres como integrantes fundamentais que se constroem como sujeitos coletivos e passam a atuar efetivamente para reconhecimento de seus direitos conforme a Constituição:

Os movimentos feministas têm papel fundamental nesse processo, pois vem se articulando com movimento social sindical, de mulheres rurais e agricultoras para pensar como se dá a divisão sexual do trabalho, na agricultura familiar e no trabalho rural. O trabalho das mulheres rurais está tão ou mais “Para além da dupla jornada” que as das mulheres urbanas. Ele corre uma jornada contínua que vai do amanhecer ao anoitecer, resultando na confusão entre atividades domésticas e produtivas. De qualquer forma, os estudos apontam para um empoderamento das mulheres rurais ligadas à participação de políticas públicas e movimentos sociais (RODRIGUES et al. 2010, p.72).

Em geral, mesmo não sendo as provedoras familiares, as mulheres rurais também assumem um papel na ajuda financeira em seu lar, embora o homem se mantenha como chefe e possua mais reconhecimento político. No sertão, essa realidade ainda persiste de tal forma que elas nem sempre praticam atividades remuneradas. Contudo, “embora subjugadas, desempenham um papel relevante na reprodução da unidade doméstica e têm provado ser poderosas, na esfera doméstica das áreas rurais do semiárido” (BRANCO, p.2000, 2000).

A importância se amplia se considerarmos que, devido à emigração masculina, muitas sertanejas se tornam chefes de família. Branco (2000) enfatiza que as mulheres, no contexto semiárido versus seca, desempenham um papel importantíssimo, mesmo tendo sido discriminadas no processo de planejamento de desenvolvimento da sociedade rural nordestina.

Além desses impactos, é essencial abordar a desigualdade no acesso e controle da água, que pode levar à “escassez” socialmente construída, restrita a determinados grupos sociais, que são impedidos de ter água suficiente para as necessidades mais essenciais à vida, como é o caso de regiões do sertão brasileiro, onde a água que existe é concentrada nas mãos de poucos. Assim, segundo Malvezzi (2005), o conceito de “escassez” de água se refere ao mesmo tempo às dimensões quantitativas, qualitativa e social. É interessante notar que o princípio número 3 da Declaração de Dublin, sobre o protagonismo da mulher na gestão e

proteção da água, não foi tomada em conta na legislação e política brasileiras (CARDOSO, 2003, p. 25-27).

Na região semiárida do Brasil, Ab'Saber (1999), aponta que com os processos de colonização constituíram-se comunidades camponesas que desenvolvem sistemas tradicionais para obtenção de águas, sendo as mais distantes das ribeiras o armazenamento da água da chuva a principal estratégia. Destaca-se que essas práticas tradicionais dependiam da integração de diversas fontes de água e do livre acesso aos pontos específicos dos rios, encostas e planícies, onde a água se acumulava. De um lado, políticas públicas garantem sua exploração econômica, que cada vez mais tendem a facilitar a privatização desse bem e, de outro lado, políticas públicas na área da saúde e saneamento buscam dar garantia da qualidade e acesso universal (MELO, 2005). Segundo o autor a seguir reflete sobre as desigualdades de gênero, socialmente construídas no âmbito da família rural, são reproduzidas pelos programas rurais, os quais, por sua vez:

Estão carentes de sensibilidade para perceberem as diferenças de gênero ignoram o trabalho realizado pela mulher, assim como a crescente existência de mulheres chefes de família, além dos obstáculos adicionais enfrentados pela população feminina no tocante acesso a terra, ao crédito, à assistência técnica e a qualquer outro benefício (TEIXEIRA, 1994, p. 33).

Ainda a respeito dos programas que integram as políticas públicas destinadas ao meio rural, Arriagada (1991, p. 128) afirma que: “o desenho de políticas de desenvolvimento rural dos países da região latina americana e do caribe, salvo poucas exceções, não têm integrado nem considerado adequadamente as mulheres”. Neste sentido, as políticas públicas, principalmente as de cunho social, devem ser constituídas não apenas de elementos técnicos, mas também de elementos sociais, capazes de reconhecer seus sujeitos e suas reais necessidades, valorizando seus aspectos sociais, culturais, ambientais, econômico e territorial, para que, enfim, o planejado possa ser alcançado parcialmente ou totalmente.

Os resultados esperados do processo de desenvolvimento, por essas dimensões, vão depender das combinações conduzidas pelos diversos estados nacionais. Sob esse contexto, é essencial que as mulheres sejam envolvidas de forma ativa na elaboração de programas governamentais e não governamentais relacionados à água, como, por exemplo, na implementação das cisternas, pois como afirma, Pontes (2013), em diálogo com estudos de Sonda et al (2001), houve, de fato, uma melhoria na qualidade de vida das mulheres.

Segundo o estudo realizado por Sonda et al (2001, p. 04), as mulheres acordavam de madrugada, entre 24:00 h á 4:00 h e andavam cerca de 1 a 6 km até as fontes mais próximas,

normalmente, cacimbas ou açudes”. As cisternas revolucionaram a relação entre a mulher e a água, marcando o fim das longas caminhadas e do peso de latas ou baldes de água sobre a cabeça. Nas últimas décadas, criaram-se inúmeros grupos de produtivos formados por mulheres rurais, que apresentam forte caráter reivindicativo, mas com pouco impacto produtivo e econômico. Embora exista um reconhecimento da presença de organizações produtivas de mulheres no meio rural, ainda são poucos estudos que se propõem a conhecê-las.

Apesar desse importante avanço, é necessário destacar que ainda permanece a concentração das mulheres nas atividades, indicando a necessária alteração da divisão sexual do trabalho. O seu trabalho é considerado como uma mera extensão dos cuidados dos filhos e dos demais membros das famílias, um trabalho concebido como uma ajuda, decorrente também do ocultamento do trabalho delas. Essa invisibilidade fica evidente nas estatísticas oficiais sobre a duração da jornada de trabalho: as mulheres na agropecuária trabalham praticamente a metade da jornada média dos homens. “Em 2006, enquanto os homens trabalhavam em média 39 horas semanais, as mulheres rurais declararam trabalhar apenas 21 horas”. (BUTTO, 2011, p. 14).

Apresentaremos aqui uma breve demonstração que se propaga nas representações de gênero que associam a figura do homem sertanejo ao “cabra macho” e arretado, destemido e corajoso. Já a mulher é representada pela sua fragilidade e submissão, ainda que a mesma seja reconhecida como “mulher macho”, diante das múltiplas adversidades da região. Contudo, perante a figura masculina ela é considerada frágil e submissa (c, 1999). Em “A Invenção do Nordeste”, Albuquerque Júnior (1999) afirma que a construção da masculinidade nordestina está intimamente ligada à ideia de um sujeito que representa a região, sendo assim essa representação começa a ser constituído no início do século XX, período em que segundo o autor se “inventou” o Nordeste.

Nessa perspectiva, a escola e todo seu processo formativo serão os grandes responsáveis pela construção, confirmação ou negação desses estereótipos. Além disso, este é também compreendido como um espaço real vivido onde são tecidas relações de poder, dominação e controle e, sobretudo, onde aparece seu caráter hierarquizado ou de rede. Já para Leite (1990), o território inscreve limites, indica a presença da fronteira concreta, simbólica ou de ambas que torna visível o grupo na dimensão espaço/tempo e indica a unidade na diversidade, como aponta Saquet (2007, p. 24).

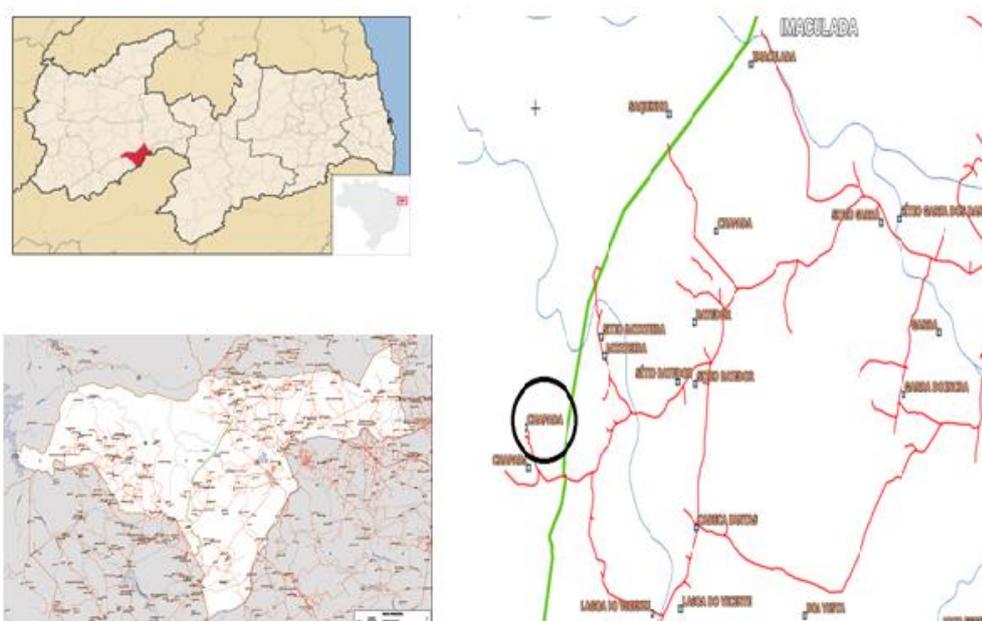
## PASSOS METODOLÓGICOS

No início do estudo foi executado com uma formação teórica sobre o tema para o desenvolvimento desta pesquisa, buscando essas informações nas bibliotecas virtuais das Instituições Públicas de ensino como a Universidade Federal da Paraíba, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Estadual de Campina, Universidade Federal de Campina Grande, Universidade de São Paulo entre outras. Realizei pesquisa em artigos publicados em periódicos localizados no portal da Capes, Scielo e no Google acadêmico.

E nesta busca houve dificuldade ao encontrar trabalhos na web, alguns desses materiais só estão disponíveis em bibliotecas físicas e, pelo fato da pandemia, não obtive retorno, incapacitando acesso aos materiais solicitados através do contato de e-mail com as respectivas instituições.

A pesquisa de campo foi desenvolvida, no mês de novembro do ano de 2020 com as mulheres da zona rural localizadas no Sítio Chapada, a 12 km do município de Imaculada, no sertão do estado da Paraíba. Como disposto na figura abaixo.

Figura 1 – Localização da área pesquisada



Fonte: IBGE, 2021

Residem nove famílias na comunidade, geralmente são filhos ou filhas que se casam e permanecem na comunidade.

Foram ouvidas oito mulheres rurais, que relataram suas experiências cotidianas, pessoais e familiares, na região mais seca do estado da Paraíba no semiárido nordestino, que ali permaneceram sem ter deixado sua terra, mesmo sofrendo diversas estiagens. Além disso, trazem uma conotação importante, por serem mulheres que não estão envolvidas com os movimentos sociais, só participam do sindicato dos trabalhadores, mas para fins de aposentadoria. Nunca foram objetos de estudo por pesquisadores sociais, até terem o primeiro contato e essa receptividade por eu ser filha terra, e a alegria de saberem que as pessoas se interessavam pelas experiências de vida, se sentido importante neste aspecto de serem protagonistas. Vale salientar que no mês da pesquisa de campo, o Brasil enfrentava a pandemia de coronavírus. Por isso, dispus dos cuidados com o uso de máscara e álcool gel. Mas, algumas das mulheres entrevistadas se sentiam incomodadas como se tivessem com o vírus, mesmo explicando que era para mantê-las protegidas, já que a comunidade é distante e não tem tanto fluxo de passantes.

Para obter os depoimentos, foi usado o método qualitativo, por meio de uma entrevista semiestruturada principal técnica de produção de dados para a pesquisa. De acordo com Poupart et al. (2010) a entrevista torna-se indispensável, não somente como método para compreender a experiência dos outros, mas, igualmente, como instrumento que permite elucidar suas condutas. Além do mais foram registrados por gravação de áudios das conversas obtendo um diálogo construtivo, que possibilitou o uso de excertos dos depoimentos na elaboração dos capítulos da dissertação. Vale ressaltar que todo o material aqui exposto, seja por meio de depoimentos orais, registros fotográficos e nomes foram previamente cedidos os direitos de exposição, com a devida autorização das mulheres rurais. Falas como essas me acompanharam em todo o período da pesquisa de campo, a caminhada no final da tarde ao encontro delas foi um encontro cheio de lembranças.

Decidimos por preservar as identidades das mesmas, pois demonstram certa inquietação em falar dos assuntos que foram questionados, por parecer que estão reclamando e alguém ou algo vai retirar o que elas já tem de políticas de água na comunidade. Com isso usamos nomes fictícios, que tem referências às padroeiras da igreja católica, pois no Nordeste são muito comuns os nomes das mulheres começarem com inicial Maria, diante disso São elas: Maria Aparecida; Maria Conceição; Maria do Carmo; Maria do Socorro; Maria de Lourdes; Maria José; Maria Joaquina; Maria Terezinha.

Na produção de dados para a dissertação, também realizei pesquisa documental que segundo o autor Jacques Le Goff (2003), estes documentos são frutos de uma sociedade que o produziu, portanto possuem intencionalidade que valoriza a produção histórica de uma sociedade. Estes registros que se encontram em órgãos governamentais que são responsáveis pela criação e distribuição das políticas públicas relacionadas à água, bem como nos referenciais legais que asseguram um suporte no direito de acesso à água para todos. Da mesma forma, também consultei sites de instituições ligadas à agricultura no estado. Porém, o contato direto não ocorreu pelo fato da pandemia e, com isso, foram usados os dados disponíveis ao acesso público. Além disso, procurei acessar sites oficiais do governo do estado da Paraíba, que facilitaram informações sobre ações do estado no repasse para o município onde se localiza a comunidade pesquisada.

## PLANO DA OBRA

Além da introdução e das considerações finais, essa dissertação está organizada em quatro capítulos. No primeiro capítulo desta dissertação, fiz uma linha histórico-temporal do surgimento das políticas de água no Nordeste e que contemplou o estado da Paraíba. Por tanto dividido em duas partes, a primeira trouxe o surgimento da necessidade em ter uma política destinada para os flagelados da seca. Na mesma circunstância, trato do Programa Frentes de Emergência, que foi executado nos períodos mais críticos da seca. Na segunda parte apresento como a operação carro-pipa está sendo conduzido pelo do Exército Brasileiro, inseridos de forma que houvesse organização na distribuição para atender a população de forma neutra e contínua.

No segundo capítulo analiso aspectos do processo de elaboração da Articulação do Semiárido Brasileiro - ASA, abordando a legitimação das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais para a organização do programa. A relevância da política de gênero que foi inserido em todo projeto, e se consolidou como a articulação, particularizando impactos sociais na vida das famílias beneficiadas na comunidade Sitio Chapada. Na segunda parte, enfoco as características técnicas de como é a construção da cisterna de placa, sua durabilidade, a capacidade das cisternas. E para finalizar o capítulo, como os novos rumos de políticas de água em andamento no estado da Paraíba com o Projeto Cooperar-PB, sua materialização na ação desenvolvida pelo Governo do Estado em parceria com o Banco Mundial, que representa uma política pública de referência no enfrentamento à estiagem na zona rural enquanto estado.

No terceiro capítulo estudo a relação de trabalho das mulheres rurais, no seu cotidiano que tem a roça como extensão de sua casa. Outro aspecto que foi abordado foi a falta de valorização da mulher pela força física, em relação às atividades produtivas na lavoura. Na segunda parte trago uma reflexão sobre o discurso do patriarcalismo, por meio da estrutura familiar rural, reproduzindo a figura feminina construída historicamente pela sociedade.

No último capítulo, abordo a representação dimensão simbólica entre a água e a mulher desde sua ancestralidade, bem como todo esse significado é distorcido pelos homens durante anos, como responsáveis pelo curso natural das estiagens, e a discussão do ato de buscar água com uma lata na cabeça é remetida a sensualidade. Na segunda parte conduz o discurso popular e tradicional sobre a seca, isto é, aquele discurso que nasceu na vivência do homem do campo. As crendices nos santos padroeiros junto aos saberes populares, uma forma de prever seca ou inverno.

## **1 MULHERES RURAIS NAS CONFIGURAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA ÁGUA E AS ORGANIZAÇÕES DE MOVIMENTOS SOCIAIS**

Neste capítulo trataremos o surgimento dos principais órgãos do governo federal que tentaram cumprir a demanda para ajudar a população rural nordestina que, em sua maior parte, sofreu com a estiagem, precipitação pluviométrica abaixo do normal ou com chuvas irregulares, que afetam a produção e geram insegurança alimentar, fome e morte. E como as mulheres foram inseridas nessas políticas como principais cuidadoras da água, além das organizações dos movimentos que se organizaram para serem incluídas definitivamente.

### **1.1 A MULHER NO NORDESTE BRASILEIRO: POLÍTICAS DE ACESSO ÁGUA PARA O SEMIÁRIDO**

O Nordeste do Brasil tem uma extensão territorial de 1.808.077 km quadrados, que representa 18,7% do território brasileiro, e uma população de 42.470.255, ou seja, 7% da população brasileira. Esta região, reconhecida como polígono das secas, possui 60% de seu território em área considerada vulnerável a esse fenômeno, porém apresenta diversidade climática com áreas úmidas e chuvosas.

Conforme Andrade (1998), a região Nordeste pode ser dividida em três porções, sendo elas, a Zona da Mata que se localiza próxima ao litoral, apresentando clima quente e com maior umidade, com suas estações do ano bem definidas, sendo uma chuvosa e outra seca. Suas potencialidades foram sendo exploradas para o cultivo da monocultura, principalmente a cana-de-açúcar, cacau e o fumo. Agreste é uma zona de transição entre a mata e o sertão, possuindo clima semiárido ocidental e clima tropical na sua porção oriental com atividade econômica, predomina a policultura aliada à pecuária leiteira semi-intensiva.

E o sertão, que é quente e seco e sujeito às secas periódicas, com graves repercussões sobre as populações humanas, a vegetação e os animais. Por tais particularidades naturais, o sertão ganhou visibilidade social e se tornou objeto de preocupações e de políticas públicas diferenciadas ao longo de sua ocupação, ganhando enfoques diversos entre as distintas esferas de poder.

A primeira notícia sobre a seca data de 1583, com isto no século XVIII quando os rebanhos cresceram e os núcleos ocuparam áreas que ocorreu a primeira comunicação ao Rei de Portugal, D. João V, devido à repercussão da seca de 1721. A resposta veio por meio da determinação de medidas administrativas, que visavam ao cultivo de mandioca e produção de

farinha, elemento básico da alimentação da população. Nisto, a corte Portuguesa determinou que os flagelados fossem reunidos nas margens dos rios usando como marcação usando fogo. Através disso puderam fazer um censo no ano de 1782. Demonstrando a existência de 137.000 habitantes na área sujeita a estiagens periódicas. (SABINO, 2002). É ilustrativo observar a contemporaneidade de algumas afirmações do século XIX:

Em 15 de novembro de 1889, cai a Monarquia e a República herda e põe em prática o mesmo sistema de aguardar as consequências das estiagens prolongadas, para retomar as medidas de emergência, de caráter predominantemente paternalista (CARVALHO, et alli 1973, p. 181).

Para mitigar as consequências da estiagem prolongada através de medidas assistencialistas. Foi liderado pelo governador José de Melo castro no estado da Paraíba, a Pia Sociedade Agrícola que surgiu “[...] com o objetivo de desenvolver a agricultura, dar ocupação aos emigrantes e socorrer, com lucros da lavoura, aos necessitados...” (Alves, 2004). De acordo com Medeiros Filho e Souza (1988), a preocupação em criação de políticas de água surgiu mais precisamente, após a seca de 1877, tendo adquirido forma e conquistado espaço nas decisões governamentais somente nas primeiras décadas do século XX. Em 1909, diante das iniciativas até então postas, o governo de Nilo Peçanha criou a Inspetoria de Obras contra as Secas- IOCS. As atribuições desta instituição eram bastante amplas, envolvendo estudos, construção de estradas, conservação de florestas, perfuração de poços, estímulo à pequena açudagem, realização de drenagem de vales úmidos e construção de açudes públicos, com recursos financeiros da União (MEDEIROS FILHO; SOUZA, 1988, p. 31).

A partir de 1904, a lei orçamentária destinou uma parcela para as obras de enfrentamento da seca e, como consequência, foram criadas três comissões: açudes e irrigação; estudos e obras contra os efeitos da seca; e perfuração de poços. Foi realizada uma avaliação em 1907, que constatou os gastos excessivos, número elevado de açudes destruídos e o fato de que os problemas do Nordeste diferiam dos existentes em outros países. Em face desses resultados, foi criada em 1909, a Inspetoria Federal De Obras Contra as Secas- IOCS. Contudo, Carvalho et all. (1973, p. 181) salientam a ineficiência das comissões temporárias:

A ineficiência das comissões temporárias, o caráter paternalista das intervenções realizadas durante os anos de calamidade e a falta de coordenação, assim como a descontinuidade dos trabalhos, eram alguns dos males que o novo organismo se propunha a sanar.

Na década de 1940, a IOCS passou a se chamar Departamento Nacional de Obras contra as Secas- DNOCS, através do decreto lei no 8.486, de 28 de dezembro de 1945. O período posterior à criação do DNOCS foi marcado por novas secas ocorridas em 1951, 1953 e em 1958, tendo sido esta última a mais severa. Os primeiros passos nesse sentido, em 1948, fundou-se a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco- CODEVASF, com intuito de promover o desenvolvimento hidroagrícola do vale, em consonância com a implantação do programa Companhia Hidroelétrica do São Francisco- CHESF e do Banco do Nordeste (VIEIRA, 1999).

Diante deste quadro, o Nordeste já possuía nesta última seca 6,7 milhões de metros cúbicos de água reunidos em mais de 200 açudes e barragens públicas. Contudo, o que se presenciou foi à repetição das tragédias anteriores: fome, miséria, morte dos rebanhos, invasão das cidades e emigração em massa. A Constituição de 1934 recriou a área de atuação da Inspeção Federal de Obras Contra As Secas- IFOCS.

As grandes secas de 1951, 53 e 1958 favoreceram o estabelecimento de uma nova compreensão da realidade do Nordeste e, com isto, a solução hidráulica apresentada desde 1877 começou a perder terreno. Pouco valia a acumulação de água sem um uso racional da mesma, havendo, a partir de então, uma tentativa de um redirecionamento do DNOCS. No final do governo de Juscelino Kubitschek, em 1959, procedeu-se uma redefinição da problemática regional, que resultou no plano de ações no grupo de trabalho, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, que resultou no documento: “Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste”<sup>1</sup> na coordenação de Celso Furtado. Dessa forma, houve a proposição na consolidação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE no mesmo ano.

Na ocasião, Furtado expôs ao Presidente os motivos para uma política de desenvolvimento. Ao final da reunião, conforme afirma em suas próprias memórias, Kubitschek teria inquirido a Furtado:

Doutor Furtado, de quanto tempo o senhor necessita para pôr no papel tudo o que me disse aqui em forma de um esboço de plano de ação? Minha intenção é convocar todos os líderes nordestinos para lhes expor as linhas gerais da nova política, e, de imediato, pôr em execução o que for possível. (FURTADO, 1997, p. 80)

---

<sup>1</sup> Departamento de Imprensa Nacional, 1959. Disponível: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/17760>. Acesso em: 01/09/2021.

Seguindo a orientação desse documento, o presidente Juscelino, que instituiu a SUDENE, indicou Celso Furtado foi o primeiro Superintendente. E sancionada no artigo 13 da Lei nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959. De acordo com o Artigo 2º desta lei foram estabelecidas as seguintes atribuições à SUDENE: Estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste; b) supervisionar, coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo de órgãos federais na região e que se relacionem especificamente com o seu desenvolvimento; c) executar, diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os projetos relativos ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, nos termos da legislação em vigor; d) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou estrangeira, ao Nordeste.

A SUDENE possuía o objetivo de ampliar a intervenção federal, com uma visão desenvolvimentista não apenas no semiárido, mas na região nordestina na sua totalidade geográfica e socioeconômica. Desde os seus primeiros planos, os dirigentes deste órgão deram prioridade à industrialização da região, não havendo preocupação com o desenvolvimento da agricultura familiar, cujas atividades absorvem milhares de agricultores. Hirschman (1961, p. 111-3), em estudo do processo de criação da SUDENE, teceu alguns comentários que servem para reflexões permanentes:

(...) causa espanto a aparente falta de memória dos elaboradores de política. Cada vez que se propõe uma nova entidade (...) o fato de que esperanças e intenções análogas tenham animado os esforços anteriores parece estar totalmente esquecido. Não se faz nenhuma tentativa de pesquisar o que “deu certo” e por que surgiram as Decepções (...). Isto significa alhear-se em relação às novas indicações e tomadas de consciência que surgem, bem como reduzir o teor de confiança em suas próprias possibilidades.

Desde os seus primeiros planos, os dirigentes deste órgão deram prioridade à industrialização da região, não havendo preocupação com o desenvolvimento da agricultura familiar, cujas atividades absorvem milhares de agricultores. Nas atividades pecuárias e agrícolas, a prioridade recai para os produtos de exportação, reforçando novamente a estrutura agrária e de poder sobre a terra e a água (MEDEIROS FILHOS; SOUZA, 1988).

Porém, segundo Netto (1994), as ações empreendidas pela SUDENE foram ainda insuficientes, na medida em que não foi além de “alguns estudos básicos em bacias hidrográficas ou áreas específicas e a implantação de dois projetos de irrigação de caráter piloto”, apesar de ter sido formada uma excelente equipe composta por hidrogeólogos. Podendo-se dizer a melhor do país, que, com a falta de investimentos, acabou dissolvida e absorvida pela Universidade de São Paulo - USP.

Em relação à política de combate aos efeitos das secas do governo federal, na SUDENE muito lentamente foi instituída uma abordagem relativamente mais efetiva para o enfrentamento deste problema. Foi apenas na seca de 1970 que os agentes vinculados à SUDENE começaram a perceber e enfrentar a questão da pobreza relacionada à questão da seca no Nordeste. Para Medeiros Filho e Souza (1988, p. 82):

A SUDENE começou a acordar para a pobreza existente no meio rural nordestino, quando ela foi obrigada a dar assistência a 500 mil pessoas. A partir de então, começou a surgir um novo posicionamento deste órgão perante este fenômeno climático. Entretanto, [...] o despertar da SUDENE para organizar um melhor combate aos efeitos das secas coincidiu com o início de seu processo de esvaziamento [...]. Por conseguinte, a partir de 1969 até o fim do regime autoritário, a SUDENE, esvaziada nas suas atribuições, reduziu-se à condição de mera repassadora de recursos.

Continuando a ação já realizada anteriormente pelo DNOCS, a SUDENE criou o sistema de frentes de trabalho até 1976 que nos primeiros dois anos do período de seca 1979/1983, foram às chamadas frentes de serviços, caracterizadas pela ocupação do trabalhador na execução de obras e serviços em propriedades rurais. Desse modo, surgiram as frentes de emergência, que realizavam obras de caráter duradouro em áreas públicas ou comunitárias.

Ao lado das frentes de emergência, foram realizadas obras de maior envergadura, com a utilização de máquinas pesadas, como na construção de médios e grandes açudes, além de que objetivava alistar trabalhadores de áreas atingidas pela seca para trabalho braçal em obras públicas, passando a permitir a realização do trabalho em propriedades privadas, se houvesse o compromisso formal do proprietário de tornar as obras acessíveis à comunidade, para evitar o favorecimento de trabalhos pagos pelo governo em obras privadas.

Segundo Rocha Magalhães (1991, p. 32) Carvalho, (1994a, p. 152) e Carvalho (1994b, p. 254), o início das mudanças rumo a uma participação mais direta da sociedade nos programas de emergência se deu durante a implantação do programa de 1987 como mostra a figura 2 em que os agricultores estão em filas para se alistarem.

Os programas de emergência definiram critérios para participação, de acordo com o relatório de avaliação preparado em 1994 pela SUDENE Coordenadoria Regional de Defesa Civil, que eram: a) Dar prioridade aos chefes ou arrimos de família; b) Ter idade entre 14 e 60 anos; c) Fazer uma inscrição para família com cinco membros; duas para famílias de seis a dez pessoas; três inscrições se houvesse mais de dez membros na mesma família; d) Famílias de aposentados, composta de mais de sete membros, poderiam ter um alistado no Programa.

Figura 2 - Agricultores durante alistamento para trabalhar nas frentes de emergência



Fonte: Dantas, 2017.

Nas frentes de emergência, os agricultores cumpriam uma jornada de trabalho de dois a três dias por semana, com o propósito de permitir que os trabalhadores alistados se dedicassem, nos dias restantes, a tarefas de preparação de suas terras de plantio, quando da normalização das chuvas, bem como atividades eventuais vinculadas aos setores não agrícolas (CARVALHO, 1994b, p. 256).

O Nordeste rural brasileiro possui as marcas de um desenvolvimento capitalista desigual e contraditório, que se afirma tanto pela modernização tecnológica de setores produtivos quanto por meio de ocupação e uso do solo (latifúndio, parceria, sistema de morada). Em tal cenário, os movimentos sociais, surgidos desde a década de 1970 no Nordeste rural, refletiram a pluralidade e a complexidade das relações sociais, que foram expressaram através de greves ocorridas em 1979, 1980 e 1982, na Zona da mata de Pernambuco, Paraíba e também na região de Vitória da Conquista, na Bahia.

Todavia, o plano de atendimento aos atingidos pela seca revelou mais claramente o favorecimento às classes dominantes da região, ao mesmo tempo em que complementou as demais políticas de modernização da agricultura. Os Programas de Emergência, exemplos mais frequentemente para ilustrar o favorecimento político dos grandes proprietários e da manipulação eleitoral, tornaram-se os alvos preferenciais de críticas e denúncias dos trabalhadores através de suas entidades associativas (PARENTE, 1985).

Andrade (1985) salienta que, no Nordeste, as vitórias governistas nas eleições majoritárias em 1982 estiveram fundamentadas em promessas eleitorais, especificamente nos

programas de alistamentos nas Frentes de Emergência. Com isto, todos os municípios nordestinos atingidos pela seca que no ano eleitoral correspondia à área regional foram provas que o clientelismo e a máquina estatal nas eleições.

A exclusão das pequenas propriedades foi demarcada pela exigência do cadastramento do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Como requisito para inscrição no programa era solicitada comprovação de uma área mínima, correspondente às determinações daquele órgão. Aqueles agricultores que não puderam apresentar os documentos comprobatórios de propriedade tiveram acesso ao programa apenas na condição de emergência. Segundo Cavalcanti (1981), durante os dois primeiros anos de seca, de 1979 a 1980, apenas 20% dos trabalhadores alistados eram proprietários, sendo que 60% desses possuíam propriedades de até 20 hectares. Quanto aos demais alistados, 75% eram agricultores não proprietários, com áreas médias sob sua responsabilidade direta de até 5 ha, e 27,3% entre 2,1 a 5 hectares.

Os emergenciados foram trabalhar em obras de caráter público, em construções de barragens e açudes, melhorias das estradas e poços, etc. O valor pago pela diária era muito baixo para manter as necessidades da família, embora o trabalho fosse exaustivo e excessivo. Em geral, era necessário que outros membros da família que não estivesse cadastrado na Frente de Emergência, trabalhassem de forma gratuita para pagar as metas de trabalho destinadas aos parentes. Segundo Araújo (2017, p.7).

Não é sem razão que, nos momentos de irregularidade de chuvas, ocorridos nos anos recentes, as tradicionais “frentes de emergências” (como são chamados os programas de assistência do Governo) alistam número enorme de agricultores (2,1 milhões de pessoas em 1993). Nessas áreas, nos anos de chuva regular, os pequenos produtores, rendeiros e parceiros produzem, mas não conseguem acumular: descapitalizados ao final de cada ciclo produtivo são incapazes de dispor de meios para enfrentar um ano seco.

Eram comuns irregularidades nos contratos como, por exemplo, o alistamento de trabalhadores que não tinham necessidade de estar no programa e que dividiam o salário com grandes fazendeiros da região. Além disso, grandes proprietários passaram a convocar famílias que não foram contemplados pelo programa para trabalhar em suas propriedades, realizando atividades semelhantes. Porém, com valor ainda era menor do que o programa pagava aos trabalhadores.

As relações de trabalho, no Programa Frente Emergência afetam diretamente as mulheres que tinham tratamento desigual na distribuição das vagas. Mães e mulheres da região, igualmente flageladas pela seca não entravam nos enquadramentos prioritários que,

em grande parte, garantiam alistamento apenas uma pessoa por família, prioritariamente homens. A não consideração das características das mulheres como menstruação, gravidez, doenças pessoais ou dos filhos eram levados em consideração por ser pesado.

O documentário o “Bem Virá”<sup>2</sup> produzido pela diretora e roteirista sertaneja Uilma Queiroz, na cidade de Afogados da Ingazeira- PE, no ano de 2020, retrata a vivência de treze mulheres grávidas que foram as primeiras trabalhadoras rurais numa frente de emergência contada a partir de um registro na figura 3, capturada em 1983.

Figura 3 - Mulheres grávidas da frente de emergência em 1983



Fonte: Documentário o “Bem virá”, 2020.

No documentário, as mulheres relatam que se organizaram para lutar pelo direito ao trabalho. Nas figuras 4 e 5, podemos observar a mobilização de mulheres em frente aos sindicatos para reivindicar o direito de trabalharem nas Frentes de Emergência. Essas lutas vieram a partir da necessidade, pois estavam passando fome. As que eram casadas, os maridos viajavam para as grandes cidades de São Paulo, Brasília, Amazônia ou Rio de Janeiro para trabalhar. Outro fator relatado é o abandono por partes de maridos, quando as mesmas engravidavam e só voltavam depois do filho ter nascido. Além disso, as mulheres solteiras ganharam também o direito de trabalhar com 14 anos nas frentes de emergências e, com isto, muitas deixaram a escola pela necessidade de ajudar a família.

---

<sup>2</sup> Documentário disponibilizado pela diretora Uilma Queiroz através do contato pessoal. Disponível em festivais ou cinemas locais para acesso ao público. Informações em: <https://cachoeiradoc.com.br/festival/filmes/o-bem-vira/>.

Figura 4 - Mobilizações das mulheres para trabalhar nas Frentes de Emergência (a)



Fonte: Documentário o “Bem virá”, 2020.

Figura 5 - Mobilizações das mulheres para trabalhar nas frentes de emergência (b)



Fonte: Documentário o “Bem virá”, 2020.

As mobilizações circunscritas à área da seca obtiveram conquistas, além do ganho maior da organização dos trabalhadores, em uma região que era reconhecidamente pacífica. Isso porque se tratam principalmente de camada da população do meio rural e das periferias das cidades sertanejas, que não dispunham de qualquer conduta própria de reivindicações e pressões através do qual pudessem agora coletivamente a respeito de suas condições de trabalho e vida (DINIZ, 1985). A organização social das trabalhadoras resultou na inclusão de mulheres em frentes de trabalho para construções de obras comunitárias, conforme o registro da figura 6.

Figura 6 - Mulheres trabalhando nas Frentes de Emergência



Fonte: Documentário o “Bem virá”, 2020.

Além do reconhecimento e inclusão nos trabalhos de assistência emergencial, conforme documentário, elas relembram a ampliação das redes de amizades e companheirismo, tecidas durante o serviço, e a união no trabalho rendia cantorias durante o puxado dia de trabalho, que, para muitas mulheres, começava às 04h30 mins ao sair da casa para o local indicado. A agricultora Maria Aparecida, por mim entrevistada no sítio chapada, rememora a dura jornada de trabalho:

Eu trabalhei muito na emergência. Toda vez que vinha, eu trabalhava no açude. Recebia todos os finais de semana 14 conto (Cruzeira moeda vigente na época). Para cavar, era uma turma só de mulher no açude e tinha o apontador homem. Ele vinha e liberava o açude, as mulheres trabalhavam em serviço de açude. Às 11 horas, ele vinha liberava os homens e depois as mulheres para almoçar. Aí, quando era 13 horas começava de novo e terminava às 17 horas e 30 minutos. Nesta época, só tinha este trabalho. Eu trabalhei em duas frentes de emergências que foram dois anos de seca.

O trabalho das mulheres era realizado no entorno da sua localidade. A rotina consistia em deslocar-se até as áreas definidas de construção de obras emergenciais e fazer o trabalho pesado de cavar e transportar em carrinhos de mão, conforme figura 6. As ferramentas utilizadas eram simples, como enxada, pá, picareta e martelo para quebrar as pedras. O trabalho era movido só pela força e pela disposição destas mulheres, uma vez que, na época, nenhum maquinário mecânico era usado. O que as mantinham neste trabalho pesado e fora do espaço doméstico era saber que não passaria tanta fome. Além disso, a fiscalização e apontamento constantes vigilâncias realizadas por homens ao lado da brutalidade dos trabalhos de cavar a terra e de quebrar pedras, para depois carregá-las e transportá-las em

carrinhos de mão, acabaram, conforme relatos de mulheres, atingindo dimensões inaceitáveis e traumatizantes do trabalho nas emergências.

A propósito dos programas que integraram as políticas públicas, destinados ao meio rural, Arriagada (1991, p. 128), afirma que: “o desenho de políticas de desenvolvimento rural dos países da região latina americana e do caribe, salvo poucas exceções, não têm integrado nem considerado adequadamente as mulheres”. Neste sentido, as políticas públicas, principalmente as de cunho social, devem ser constituídas não apenas de elementos técnicos, mas também de elementos sociais, capazes de reconhecer seus sujeitos e suas reais necessidades, valorizando seus aspectos sociais, culturais, ambientais, econômico e territorial, para que, enfim, o planejado possa ser alcançado parcialmente ou totalmente.

As políticas públicas configuradas nas frentes de emergências tiveram um cunho assistencialista e de controle das contradições e tensões sociais desencadeadas nas longas estiagens do sertão nordestino. Dada a precariedade e o restrito alcance das políticas públicas de geração de renda e de combate à seca e à fome, com pouco tempo, houve os movimentos de saques, como forma histórica pelas populações rurais e urbanas para garantir alimento neste período. Segundo Neto (1985), ao todo foram 91 movimentos de invasão e saque, que se deram na microrregião do sertão de Cajazeiras; 30 na microrregião de depressão do Alto Piranhas; 04 na Microrregião da Serra da Teixeira onde está localizado o município de Imaculada; 07 no agreste da Borborema sendo outros 04 nas outras regiões ocorridos nas regiões do estado da Paraíba.

No entendimento de Quiroga, os saques na época representaram formas de denúncia, esta postura opostas que decorre da oposição fundamental entre as bases sociais sobre as quais são elaborados os tipos de ação, cujo interesse se articulam.

Ainda que ambos se organizem em momentos ou função de fortes contradições e tensões sociais elas representam formas de respostas diametralmente opostas: Enquanto os saques representam formas de denúncias e são fundamentalmente manifestadoras de tais tensões, as Frentes representam formas de controle e de abafamento dessas mesmas contradições e tensões. (QUIROGA, 1985. p. 4-5).

No estado da Paraíba, segundo Quiroga (1985), entre cem entidades saqueadas ou ameaçadas nos noventa e um eventos ocorridos em nos anos 1982 a 1984, apenas 24 se dirigiram às feiras livres e ao comércio local. Os demais tiveram como alvo a Companhia Brasileira de Alimentos-COBAL; Companhia de Desenvolvimento Agropecuário da Paraíba - CIDRAGO; Companhia Brasileira de Armazenamento-CIBRAZEM; Instituto Nacional de

Alimentação e Nutrição-INAM; Legião Brasileira de Assistência-LBA; além de outras instituições como a FEBEMA e Merenda escolar.

Essas entidades saqueadas eram as responsáveis concretas pelo armazenamento e distribuição de gêneros alimentícios para a população e como a distribuição demorava eram locais certos de obtenção dos alimentos para saciar a fome. Segundo Carvalho (1983), os movimentos se intensificaram e atingiram diferentes setores do Nordeste, sendo que os saques se concentravam prioritariamente nas organizações estatais após uma organização do movimento.

E, neste processo, segundo relatos das mulheres do documentário o “Bem Virá”, elas também participavam dos saques e no enfrentamento à polícia junto aos homens, e sofriam represálias por parte das autoridades ao tentar conter a multidão. Mesmo com todos os riscos de violências, elas carregavam o que podiam nas mãos, nas saias, na cabeça ou nas costas, uma vez que parte dos alimentos estava armazenada em sacas o que facilitava para transportar durante a confusão. Portanto, por mais restrições que se imponham a operações dessa natureza, ou por mais cautelosos que devemos ser na avaliação de sua legitimidade, permanece o fato de que a situação de desastre é muito mais grave do que invasão e saque, fome e sofrimento, nisto, levando ao desespero da maioria das pessoas no Nordeste.

Os dramas humanos e sociais do flagelo da seca confluíram na organização de movimentos sociais, que eclodiram em todo o Nordeste brasileiro. Araújo (2000) destaca os novos papéis exercidos pelas entidades, que realizam experiências e difundem propostas de desenvolvimento social, fundamentadas na convivência com o semiárido. Tais experiências, e ideias inovadoras pautaram o necessário rompimento com concepções de políticas públicas, unicamente ditadas pelo governo e reconheceram que as organizações da sociedade, também podem avançar sem o Estado, formulando alternativas locais.

Dando continuidade a década de 1990 entrou para os registros climáticos da Região como a mais assolada pela seca no Nordeste e no Norte de Minas Gerais. Mais especificamente, os anos de 1993, 1996, 1997, 1998 e 1999, foram marcados por longas estiagens, quando o que separava a demarcação de tempo de uma seca para outra era a ocorrência de invernos fracos. Ou seja, os curtos períodos chuvosos não eram suficientes para a demanda hídrica da região.

Em tal caso foi novamente criado pelo governo federal o Programa de Frentes Produtivas de Trabalho, em caráter emergencial, que deveria durar apenas três meses. Porém, se prolongou por mais de um ano, cujos dois objetivos eram atender às populações mais

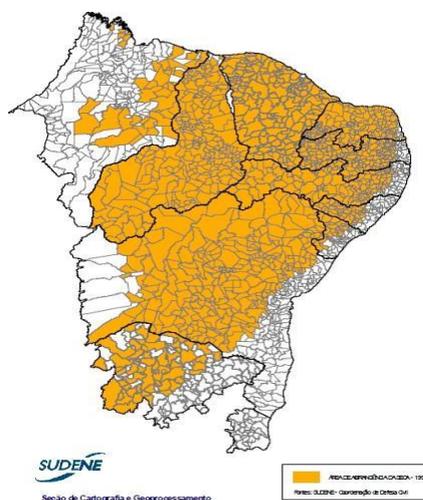
atingidas pela seca e, ao mesmo tempo, realizar obras e serviços de reforço à infraestrutura hídrica e de saneamento da Região (MIR/SUDENE, 1994, p.1).

Com as consequências que assolavam a população do Sertão Nordestino e o crescente desemprego na Região, o governo federal autorizou aumentar o número de alistados para até 2.050.000, a partir de novembro de 1993. Entretanto, o máximo contingente registrado foi de 1.942.905 inscritos, pois com o início do período chuvoso a população rural voltou a trabalhar em suas lavouras. (SABINO, 2002. p. 34).

Segundo Duarte (2000) considerou um avanço no programa, principalmente ao que se refere à fiscalização do mesmo, que ficaram a cargo das Comissões Municipais. As Comissões Municipais, criadas em 1993, eram compostas por representantes dos vários segmentos da sociedade, constituídos pelos poderes executivo, legislativo e judiciário, instituições religiosas, associações comunitárias e sindicatos dos trabalhadores. Cabia à comissão a fiscalização do possível cumprimento dos acordos realizados com os donos das propriedades privadas, as condições de trabalho e o pagamento dos salários. Para uma melhor visualização, o mapa editado pela SUDENE, em 1995, apresenta a área de abrangência do Programa, indicando o atendimento de 83% da população rural, conforme a figura 7.

Além do mais é neste período de escassez de chuvas, que as necessidades aumentam e comprometem a própria sobrevivência da família sertaneja nordestina, especialmente no que se refere ao suprimento alimentar, que são umas das maiores preocupações das mulheres rurais. De acordo com Castro (1980), a seca apenas agrava a situação da fome, que tem causas mais ligadas às desigualdades sociais do que aos fenômenos climáticos.

Figura 7 - Área de abrangência do Programa de Frentes de Emergência.



Fonte: SUDENE, 1995.

Na administração cotidiana do alimento, principalmente durante a seca, a mulher rural em estudo, além de calcular a quantidade de gêneros alimentícios que deve ser consumida diariamente na unidade familiar, muitas vezes, delimita também o alimento de cada membro durante a refeição. Geralmente, cabe a ela distribuir "pratos feitos" entre os familiares, para que todos sejam contemplados equitativamente.

Nessa distribuição os indivíduos, principalmente a dona-de-casa, não ingerem a quantidade que seu apetite permite. No depoimento a seguir, a entrevistada relata de maneira dramática que neste processo de distribuição da refeição, são estabelecidas prioridades que contemplavam, primeiramente, às crianças e o marido, e mesmo pouco ainda doam a refeição que lhe cabem às crianças. E isto pode estar ligado à relação em que foi imposta no que desrespeita que os afazeres de casa não incluíssem como trabalho pesado mesmo nos seus ciclos menstruais.

O tempo que mais sofri foi à seca de 1993 e a fome também vinha junto. Eu passei tanta fome que todo mês quando eu comecei a menstruar, ficava tão fraca que desmaiava e quando acordava estava nos hospitais tomando soro (Maria Conceição, Sítio Chapada Imaculada-PB).

As mulheres, mesmo crianças, tinham responsabilidades de cuidar de seus irmãos e, sobretudo, em alimentá-los. Através do relato a agricultora lembra sua infância marcada pela fome e sede, e nas falas elas rememora suas buscas de recursos alimentares na vegetação nativa oferecia, como a folha do umbuzeiro uma árvore frutífera que resiste à seca e tem batatas nas raízes, que funcionam como uma espécie de caixa d'água. Como observamos através do relato, a agricultora lembra sua infância marcada pela fome e sede.

Tinha dias que os menores almoçavam e só ia comer no outro dia e os maiores não comiam de jeito nenhum. Tinha dias que havia folhas de umbu, eu ia procurar para os meninos comerem. (Maria José, Sítio Chapada, Imaculada-PB).

Enquanto os homens trabalhavam nas Frentes de Emergência, as mulheres ficavam em casa. Algumas lembram que dividiam seu desespero com todos na família, os choros, e insultos aos maridos, mas também o enfrentamento dos problemas com determinação, fé, esperança, bem como a coragem para levantar o ânimo dos familiares. Todavia, não se podem tratar situações dramáticas decorrentes da seca e da fome com "romantismo".

Muitas mulheres narram seus sofrimentos silenciosos, a depressão, a dor de vivenciar a migração de familiares e, não raramente, a morte de familiares e de vizinhos, a perda de animais pela fome e sede. Estas questões não eram debatidas como foco de política social,

com isso neste relato a agricultora, em seu depoimento oral, lembra que sua mãe caminhava quilômetros até outro município mais próximo para pedir cesta básica ao gestor da cidade, a fim de pagar da maneira que podia no mercado que era autorizado pelo mesmo.

Uma vez minha mãe saiu a pé para Água Branca para pedir comida, pois tinha muitos filhos, a diferença de idade era de 1 ano, 2 anos. Ela foi pedir ao prefeito uma feira, para ele autorizar no mercado e depois ele ir pagando. Foi só uma vez mesmo. (Maria do Socorro, Sítio Chapada, Imaculada-PB).

Em todo o período da existência do programa, tinha a distribuição de cestas básicas junto ao pagamento. Essas cestas básicas eram ao todo em 19 kg, distribuídos nos seguintes itens: 5 kg de arroz, 5 kg de fubá, 2 kg de farinha, 1 kg de açúcar, quatro pacotes de 500g de macarrão e duas latas de óleo vegetal. E estes alimentos teriam que durar 15 dias, e a administração dessa ração era trabalho das mulheres da família, para não faltar até o próximo recebimento, como recordam as mulheres da comunidade Sítio Chapada.

Ao lembrar sobre estas cestas básicas, acrescento minhas memórias de infância, vividas na época do Programa. E uma das características dos alimentos quando chegavam à família, já vinham com o prazo de validade ultrapassado. Além disso, os alimentos eram de qualidade duvidosa, por exemplo, o feijão que tinha que passar dois dias cozinhando em fogão de lenha com fogo alto para ser ingerido, pois a semente era muito resistente. Além, do gosto peculiar e muito amargo, mesmo colocando alguns temperos não ficava apetitoso.

Ao decorrer das estiagens a precariedade no atendimento gerou muitas tensões e conflitos entre as populações do sertão nordestino. Sem esse auxílio, o Estado dificilmente conteria os conflitos sociais e a dizimação da população provocada pelo referido fenômeno. Diante de tal realidade, a fome absoluta era drama que ameaçava intermitentemente o cotidiano dos atingidos pela seca.

Houve alterações nas frentes de ação para tratamento da seca, mas que apontavam ao menos para uma nova perspectiva de enfrentamento, pois as Frentes de Emergência passaram a ser chamadas de Frentes Produtivas de Trabalho.

## 1.2 OPERAÇÃO CARRO-PIPA NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Em 1998, o fenômeno natural “El Niño” afetou o regime de chuvas no Nordeste, deixando a população em situação precária, com a impossibilidade do acesso à água potável e alimentação. Diante deste cenário, com a continuação do Programa Emergencial de Frentes

Produtivas, que tinha várias instituições públicas, incluindo o Ministério do Exército. O órgão ficou responsável na distribuição de água potável no semiárido, após convênio firmado com a SUDENE, surgindo a Operação Carro-Pipa.

A Operação Carro-Pipa teve origem com a publicação do Decreto nº 2.618, de 5 de junho de 1998, que dispõe sobre o Programa Emergencial de Frentes Produtivas. O seu Art 2º trata da criação de uma Comissão Gestora, com a finalidade de implementar o referido programa, na qual foi incluído o Ministério do Exército (BRASIL, 1998). A Operação Carro-Pipa tem como objetivo a realização de ações complementares de apoio às atividades de distribuição de água potável às populações atingidas por estiagem, regulada pela Portaria Interministerial nº 1/MI/MD, de 25 de julho de 2012, cujo Artigo I define:

Fica estabelecida mútua cooperação técnica e financeira entre os Ministérios da Integração Nacional e da Defesa para a realização de ações complementares de apoio às atividades de distribuição emergencial de água potável, prioritariamente às populações rurais atingidas por estiagem e seca na região do semiárido nordestino e região norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, sendo denominada Operação Carro-Pipa (MI/MD, 2012, seção 1, p 40).

Essa Operação é capitaneada pelos Ministérios do Desenvolvimento Regional - MDR, o antigo Ministério da Integração Nacional – MIN, e o Ministério da Defesa - MD. Desta forma, o Exército Brasileiro recebeu a incumbência de cumprir o trabalho, tendo como responsabilidades: o Planejamento, a Coordenação, a Fiscalização, a Captação, o Transporte, a Desinfecção e a Distribuição de Água Potável, utilizando-se de carros pipa contratados. Para isso, emprega o Comando Militar do Nordeste – CMNE que, por sua vez, utiliza suas Organizações Militares para executar as atividades inerentes à Operação Carro-Pipa.

Os serviços são distribuídos mediante um sorteio quadrimestral após cada período de credenciamento e, ao final, é realizada uma publicação no Diário Oficial da União - DOU, com os pipeiros credenciados. As Organizações Militar Executante – OME são os responsáveis por executar esse trabalho, além do planejamento, a contratação, a fiscalização da distribuição e o pagamento dos “pipeiros”, como são chamados os motoristas dos carros pipa, de acordo com (Exército Brasileiro, 2019 p. 8 e 10). A Operação Carro-Pipa é uma ação subsidiária com alcance social, e que cada família tem direito a 20 litros de água limpa por dia (Brasil, 2008). Contudo, esta quantidade de água diverge da recomendada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – (UNESCO, 2009), que propõe que uma pessoa deve ter, no mínimo, 50 litros de água limpa por dia para a sua sobrevivência.

A legislação pertinente sobre o transporte e comercialização de água potável, por meio de caminhões pipa, estabelece que toda empresa fornecedora, transportadora e/ou distribuidora de água potável devem cadastrar-se junto à autoridade sanitária competente e manter registros à disposição sobre a origem e o destino da água comercializada, bem como dados do volume, data e local de sua captação e identificação do veículo transportador. Ademais, a água distribuída deve ser submetida às análises laboratoriais que comprovem sua potabilidade (Brasil, 1999).

As cisternas abastecidas não podem receber água de outros mananciais, que não seja dos caminhões pipas, pois estão devidamente tratadas para o consumo. Para que esse controle seja respeitado, um técnico se dirige uma vez no mês na residência, a fim de averiguar as condições da cisterna e levar água para análise. Com isso, as próprias agricultoras relatam o cuidado com água e a responsabilidade dos usos, conforme relatos das agricultoras.

Não pode misturar a água que vem do carro pipa com a do açude porque é proibido de tempo em tempo o fiscal vem buscar um pouquinho de água para examinar a água pra saber se é de qualidade. (Entrevistada Maria Joaquina, Sítio Chapada, Imaculada-PB).

Todo gasto da cisterna é para beber e para comer. (Entrevistada Maria de Lourdes, Sítio Chapada, Imaculada-PB).

Segundo o portal da Operação Carro-Pipa, atualizado em Maio de 2021, na Paraíba. Até a presente pesquisa foram atendidos 154 municípios, foram cadastrados 692 carros pipas que beneficia uma população de 223.829, conforme disposto na tabela abaixo. A cada quantidade de pipeiros, disposto na tabela 01, atende um município pela quantidade de pessoas cadastradas feitas pelo órgão responsável. Além disso, nos dados fornecidos foi visto que alguns municípios do estado não foram atendidos como Santa Terezinha, São José do Bonfim, São José do Brejo do Cruz, São Sebastião de Lagoa de Roça e Taperoa. E estão temporariamente suspensos, porém, sem dar maiores detalhes no site da corporação.

Tabela 1- Distribuição dos pipeiros para cada município e a população atendida.

(Continua...)

<b>Municípios</b>	<b>Pipeiros</b>	<b>População Atendida</b>
<b>Imaculada</b>	<b>18</b>	<b>4.429</b>
Amparo, Areia, Areial, Assunção, Boqueirão, Cacimba De Areia, Camalaú, Carrapateira, Caturité, Coremas, Coxixola, Curral Velho, Emas, Frei Martinho, Mae D'água, Marizópolis, Parari, Massaranduba, Passagem, Piancó, Riacho de Santo Antônio, Salgadinho, Santa Helena, Santa Luzia, São Bentinho, São Domingos do Cariri, São Francisco, São João do Tigre, São José de Piranhas, São José do Sabugi.	01	1.2618
Boa Ventura, Cabaceiras, Cajazeirinhas Condado, Congo, Desterro, Gurjão Igaracy, Junco do Seridó, Juru, Montadas, Monte Horebe, Natuba, Nova Floresta, Ouro Velho, Patos, Pedra branca, Prata, Quixaba, Riachão, Santo André, São Domingos, São Mamede, São Sebastiao do Umbuzeiro, Tenório, Várzea, Zabelê.	03	2. 4931
	04	2. 3708
	05	
Aparecida, Arara, Bananeiras, Serra Branca, Barra de São Miguel, Cachoeira dos Índios, Cacimbas, Caraúbas, Itabaiana, Itaporanga, Joca Claudino, Lagoa, Matinhas, Sumé, Nova Olinda, Santana dos Garrotes, São João do Cariri, São Jose da Lagoa Tapada, São José de Caiana, São José dos Cordeiros.	06	2.3526
	07	
	08	2.5293
Baraúna, Boa Vista, Campina Grande, Diamante, Esperança, Livramento, Nazarezinho, Nova Palmeira, Olho D'água, Picuí, Remígio, São José de Espinharas, São José de Princesa, Sossego.	10	1.8870
	11	
	12	
Sossego, Algodão de Jandaíra, Belém do Brejo do Cruz, Brejo dos Santos, Cacimba de Dentro, Damiao, Fagundes, Jericó, Lastro, Olivedos, Puxinana, Queimadas, São Bento, Tacima.	14	2.3762
	15	
	17	
	26	

---

Alcantil, Araruna, Bom Sucesso, Conceição, Dona Ines, Mogeiro, Santa Cruz, Soledade, Sousa, Tavares.	3.7610
Barra de Santana, Bernardino Batista, Casserengue, Cubati, Solânea, São João do Rio do Peixe.	
Maturéia, Pedra Lavrada, Pocinhos, Poço Dantas, Salgado de São Felix, São Vicente Do Seridó, Triunfo, Umbuzeiro	1.8602 2.140 1.2249
Água Branca, Barra de Santa Rosa, Bonito de Santa Fé, Lagoa Seca, Manaíra, Monteiro, Santa Cecília, Princesa Isabel, Poço de José de Moura.	3.894 9.658 1.1336
Catolé do Rocha, Juazeirinho, Uiraúna, Riacho dos Cavalos, Vierópolis.	
Ponbal	
Cajazeiras, Cuité.	
Texeira	
Gado Bravo	
Aroeiras	

---

Fonte: Portal da Operação Carro-Pipa

No município de Imaculada, em destaque em negrito na tabela acima, trabalham cerca 18 pipeiros que se concentram em abastecer 4.429 pessoas na zona rural. Assim sendo, o fator preponderante para o sucesso da Operação é o grau de envolvimento de todos os integrantes. Este resultado é obtido por meio da gestão pessoal, realizada por meio de seleção, por parte das Organizações Militares Executoras.

A figura 8 mostra um pipeiro em deslocamento para abastecer com água a residência cadastrada na comunidade Sitio Chapada. No momento em o caminhão chega às famílias

beneficiadas imediatamente vão buscar a parte que cabe cada um, contudo nem sempre essa divisão não é justa, tendo alguns problemas com quem é responsável pela cisterna abastecida que tem como responsabilidade fiscalizar a quantidade retirada, para que as três famílias possam ter o necessário. E esses impasses são resolvidos por meio de diálogo entre os beneficiados, ou com a intervenção dos responsáveis do exército quando as discussões estão mais acaloradas.

Figura 8 - Carro pipa cadastrado pelo Ministério do Exército.



Fonte: Registro pessoal, 2020.

Mas conforme relatos orais de mulheres rurais, quando há troca de motoristas ocorrem atrasos na distribuição de água. Pois, se não houver suplentes para a vaga, um novo motorista só pode ser inserido na região através de edital, o qual esse é lançado em cada quadrimestre como explicado anteriormente.

As mulheres rurais da pesquisa expressaram muita satisfação com o Projeto, uma vez que podem durante os meses mais secos do período de estiagem, dispor de água de boa qualidade e em quantidade suficiente para atender as necessidades básicas da família. Como vemos a seguir nas falas das agricultoras:

Aqui para nós é o exército que coloca, porque a cisterna é cadastrada. Aí, para beber e para cozinhar, eles abastecem. (Maria do Joaquina, Sítio Chapada, Imaculada PB).

Hoje, o carro pipa bota água na cisterna que é para beber, porque é cadastrada, Hoje é uma riqueza. Hoje é uma fartura. Eu sofri muito há tempos atrás. (Maria Terezinha Sítio Chapada, Imaculada-PB).

Em contrapartida, os problemas também são inúmeros e se apresentam em todas as fases da operação. As tentativas de fraude, por parte dos diversos atores participantes da Operação Carro-Pipa, são recorrentes e põem em risco sua credibilidade e causam danos e sofrimento para a população que deveria ser beneficiada. E tal abordagem justifica-se pelo grande volume de recursos empregados na Operação Carro-Pipa, que varia em uma média anual de R \$900 milhões de reais (GONDIM, 2020).

O caso mais famoso, ocorrido no ano de 2013, ganhou grande repercussão em nível nacional, com denúncia apresentada no Fantástico, programa dominical realizado na Rede Globo no dia 1º de dezembro, embora algumas destas denúncias já fossem noticiadas pelo Jornal Hoje<sup>3</sup>. A denúncia versava sobre um esquema de fraude na Operação Carro-Pipa, nos estados do Piauí, Pernambuco, Alagoas e Bahia, tendo como principal irregularidade a utilização de reservatórios inadequados para o transporte de água.

Uma fraude atinge a distribuição de água para as regiões de seca no Nordeste. O Fantástico mostrou que o cronograma não é respeitado e que a água é transportada em caminhões que armazenavam combustíveis. O Jornal Hoje teve acesso a documentos que mostram que muitas vezes as placas que as empresas fornecem como se fossem de caminhões são, na verdade, de carros de passeio e moto.  
(...)

O Jornal Hoje teve acesso a outro documento que mostra irregularidades na documentação dos veículos aprovados recentemente na Operação Carro-Pipa. A placa do caminhão aprovado pela vistoria pertence, na verdade, a um carro de passeio. Em outro veículo, a placa indicada como se fosse de um caminhão pipa é de uma moto. Sobre a falta de checagem na documentação, o coordenador da Operação Carro-Pipa do Exército coronel Valdêncio Barros da Rocha disse que tudo será analisado. “Nós vamos determinar a organização militar encarregada de produzir os credenciamentos para que adote os procedimentos corretos e averigue toda essa situação que foi levantada.” Ele disse também que vai apurar o envolvimento de militares em empresas que prestam serviços para o Exército. O Fantástico mostrou que a empresa Wash Service ganhou duas concorrências públicas para distribuir água no estado de Alagoas. O valor total dos contratos passa dos R\$ 4 milhões.  
(...)

Entre maio e agosto, houve uma epidemia de diarreia em Alagoas. Foram à única registrada no Brasil nos últimos 10 anos. Mais de 52 mil casos foram registrados e 131 pessoas morreram.

---

<sup>3</sup> Maurício Ferraz. Fraude atinge a distribuição de água para as regiões de seca no Nordeste. Jornal Hoje. Palmeira dos Índios - AL, 2 de dezembro de 2013. Disponível em: Acesso em: 15 de ago. de 2020.

Outro caso, amplamente noticiado, aconteceu em 02 de julho de 2019, noticiado no site Santana Hoje<sup>4</sup>, a abertura de Processo Administrativo contra pipeiros que estariam, supostamente, utilizando os GPS em bicicletas e motocicletas, na intenção de fraudar o sistema de monitoramento realizado pelo Exército na Operação Carro Pipa, com o advento do sistema GPipa Brasil.

O Exército abriu processo administrativo e investiga pipeiros suspeitos de adulteração de equipamentos no interior do estado. Eles utilizam motos, bicicletas e veículos de passeio para tentar driblar o percurso de carros pipa. Mês passado, dois equipamentos foram apreendidos em uma moto e o suspeito tentava driblar o sistema de monitoramento via satélite. A fraude deixou centenas de famílias sem abastecimento de água na cidade de Acauã (a 463 km de Teresina).

(...)

Atualmente o governo federal gasta de R \$3 milhões a R \$4 milhões com a Operação Carro-Pipa. Um caminhão custa de R\$ 6 mil a R\$ 16 mil no Piauí, dependendo do percurso que faz. “Temos intensificado a fiscalização e abrindo procedimentos administrativos. Do ano passado pra cá, 20 prestadores de serviço foram investigados”, disse o capitão Veloso. 12 Entre as fraudes detectadas estão adulteração do equipamento de monitoramento e irregularidade no laudo de potabilidade da água para o abastecimento (EXÉRCITO, 2019).

Apesar dos monitoramentos, controle e fiscalização, existem muitas falhas como mostrou as reportagens noticiadas que abrem oportunidades para a corrupção e desvios dos objetivos a que se destina, os quais necessitam ser corrigidos, julgados e penalizados. É importante sempre a população beneficiada monitorar e ao surgir irregularidades procuram os órgãos competentes para fazer a denúncia.

---

<sup>4</sup> João Rodrigues. Exército descobre esquema de fraude na operação carro-pipa no Piauí. Santana Hoje. Santana-PI, 2 de ago. de 2019. Disponível em: Acesso em: 18 de ago. de 2020.

## **2 A CONSOLIDAÇÃO DA ARTICULAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO E A CONTINUIDADE DA POLÍTICA DE ÁGUA NA PARAÍBA**

Neste capítulo, analiso como a ASA surgiu no cenário do Semiárido Brasileiro com a responsabilidade de mudar o cenário sertanejo trazendo soluções para armazenamento de água, e a construção social entre as diferentes organizações sociais existentes e atuantes em torno de um objetivo comum, a fim de construir de forma sustentável alternativas de convivência com o semiárido, forma de melhorias de políticas no combate à seca criada e desenvolvida por diferentes governos. Nesse esforço, ressalto a importância da inserção das mulheres no processo de articulação do projeto juntos aos movimentos sociais, garantindo assim participação social em todos os processos de concepção, gestão e mobilização para a construção da própria cisterna da família e de seus vizinhos. A seguir veremos como o governo do estado da Paraíba, tem buscado recursos junto ao Banco Mundial, para levar mais cisternas para as famílias criando o Projeto Cooperar que atua na promoção do desenvolvimento sustentável, focado na redução da pobreza rural através da elevação, da melhoria da qualidade de vida dos beneficiários.

Buscando compreender como a política de gênero é incentivada como principais incentivadoras para o aumento do recurso caso houver mobilização das mesmas nas comunidades. Com isto ampliando a produção e comercialização de alimentos e outras atividades econômicas.

### **2.1 GÊNESES DA ASA: É PRECISO CONVIVER PROJETO P1MC**

Em 26 de novembro de 1999, foi elaborado um Plano de Convivência com o Semiárido – PCSA. Nos últimos anos, a PCSA tornou-se referência através da agência 25. Diretamente com mais de 12.000 famílias agora podem passar Operação cisterna de placa conjunta do semiárido brasileiro. Referência na atuação da Cáritas Brasileira que é pautada pelo “desenvolvimento sustentável com base no desenvolvimento sustentável com qualidade de vida” ação conjunta com a Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA (XAVIER, 2014).

A Articulação do Semiárido Brasileiro desenvolveu o programa de formação e mobilização social para a convivência com o Semiárido, por compreender que a água é um direito humano básico e a manutenção do seu acesso garante o consumo humano, a produção de alimentos e animais. Porém, o objetivo do Programa é suprir uma necessidade básica: a água de beber. A garantia de água de qualidade tornou-se o principal compromisso assumido

pela ASA para com a população do Semiárido brasileiro (ASA, 2009). Pinto e Lima (2005) salientam que o acesso à água é a garantia de melhores condições de vida para os habitantes do Semiárido, aprofundando o conhecimento sobre o clima da região, de forma que os pequenos agricultores possam minimizar os efeitos negativos.

A ASA foi criada por meio da articulação e mobilização de diversas organizações sociais, que trouxeram significativos resultados no enfrentamento da problemática da água, legitimando a constituição de um fórum interinstitucional e interestadual, que reuniu mais de 700 entidades e organizações da sociedade civil de 11 estados brasileiros nordestinos. Este processo articulou agentes de diversas organizações vinculados à Igreja Católica e Evangélica, Organizações Não Governamentais – ONGs de desenvolvimento e ambientalistas, associações rurais, organizações nacionais e internacionais públicas e privadas.

A partir desta construção coletiva, foi elaborada a Declaração do Semiárido, em Recife, documento que descreve os princípios e as necessidades mais urgentes a serem tomadas para o desenvolvimento do semiárido, como a universalização do acesso à água e o fortalecimento da agricultura familiar. Diversas propostas foram apresentadas para a convivência com o semiárido, destacando que “toda família pode sem grande custo, dispor de água limpa para beber e cozinhar e, também com o mínimo de assistência técnica e crédito, viver dignamente, plantando, criando cabras, ovelhas e galinhas” (DECLARAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO, 1999, p. 3).

Após esta mobilização, para organização do projeto foi entregue ao governo federal, na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso, no ano de 2000, que resultou em um convênio firmado com o Ministério do Meio Ambiente. A partir desta articulação, foram construídas as primeiras cisternas através do Programa um Milhão de Cisternas Rurais - P1MC para atendimento de 500 famílias. No ano seguinte, outro convênio foi firmado, desta vez com a Agência Nacional de Águas – ANA e a Federação Brasileira das Associações dos Bancos – FEBRABAN para contemplar 12.400 famílias.

Em 2003, já no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a ASA estabeleceu parceria direta com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, inicialmente através do Programa Fome Zero. Sob esse convênio, foi estabelecido previsão de repasse inicial de 32 milhões de reais, destinados para a construção de 22.040 cisternas de placas no semiárido (ASSIS, 2010, p. 18).

Essa colaboração marcava a transição do Programa Um Milhão de Cisternas - P1MC, “que deixa de ser uma ação isolada apoiada pela Agência Nacional de Águas, para figurar

como uma política pública substancial”. Segundo Ferreira (2009), como fruto deste encontro entre a articulação e o governo, abriu-se uma negociação para que o PIMC passasse a fazer parte do Programa Fome Zero e essa diferença institucional integrou a agenda do maior programa de políticas públicas do Governo Federal. Entre os anos de 2010 e 2014, a ASA foi beneficiada com um crescimento contínuo das verbas destinadas aos seus projetos de convivência com o semiárido, com um significativo aumento de R \$95,5 milhões para R \$324,7 milhões.

Todavia, com o rompimento do pacto social entre o capital produtivo e as gestões petistas, os resultados desse rearranjo não tardaram a ser sentidos para a continuidade das ações de convivência com o semiárido e os impactos pela redução progressiva dos recursos públicos. Entre 2015 e 2018, o montante de recursos destinados à construção de cisternas no semiárido só diminuiu, chegando à cifra preocupante de apenas R \$19,3 milhões para 2018, o que representa um corte de 94% em comparação com o valor recebido em 2014 (Asa Brasil, 2018).

No estado da Paraíba, segundo relatórios de técnicos da ASA, no ano de 2015, foram entregues no estado da Paraíba 93.930 cisternas. Com isto, na comunidade Sítio Chapada, as famílias foram contempladas, passando a ser beneficiários da construção. O depoimento de uma mulher rural entrevistada demonstra a grande satisfação em ter estes reservatórios, desvinculando-se das formas precárias de coleta de água da dura tarefa de caminhar por quilômetros em busca de água. Segundo o relato de umas das agricultoras:

Cada “cá” tem sua cisterna na porta. Aqui tenho a do governo que é a primeira água. O açude é aqui na porta. Se ele encher e for um ano bom de inverno, dá de um ano para o outro. Hoje tá tudo diferente, né?! E ainda tem a cisterna de calçadão da minha nora e ela enchendo é muita água. Hoje, estamos ricos, graças a Deus! Tem suficiente, faltou mais água não! Tem vez que falta, por causa da pouca chuva. Mas, este ano, o açude encheu e nós temos água o suficiente (Maria Conceição, Sítio Chapada, Imaculada-PB).

Seguindo neste contexto, outras agricultoras relatam a grande importância de obter a água. As mulheres demonstraram a satisfação de dispor de cisternas advindas do Programa e o quanto mudou a realidade onde vivem.

“Eu estou achando bom. Para eu está bom. Tenho as duas cisternas que, quando chove, enche das teias” (Maria Aparecida Sítio Chapada, Imaculada-PB).

Não tem nada que melhorar não. Tá bom desse jeito e vai continuar assim o resto da vida. Quero mais nada melhor, não. (Maria do Carmo Sítio Chapada, Imaculada-PB).

Com o Programa foi constatado maior autonomia para as mulheres, reafirmados nos relatos anteriores. E segundo elas, isso é o bastante para ter uma vida com melhores condições, fazendo relação com as longas caminhadas em busca de água para a sua família.

O desafio nesse processo é trabalhar uma nova concepção nas relações entre homens e mulheres que possibilitem a participação efetiva das mulheres na tomada de decisões e na construção de políticas de desenvolvimento. Nesse processo, busca-se garantir o direito da mulher aos recursos como: abastecimento de água e alimentos em quantidade e qualidade; acesso a terra, crédito, trabalho e renda; formação profissional, escolarização, saúde, mercado, controle e gestão de benefícios sociopolíticos. Ou seja, construir as relações entre homens e mulheres a partir dos princípios da igualdade, da equidade e da justiça.

O Programa constitui-se, também, em seis pontos principais: conviver com as secas, orientar os investimentos, fortalecer a sociedade, incluir mulheres e jovens, cuidar dos recursos naturais e buscar meios de financiamentos adequados. E dentro destes critérios foi estabelecido pela ASA beneficiar as mulheres, tornando-as as principais responsáveis pelas cisternas. Trata-se de uma estratégia de valorização da mulher no Semiárido Brasileiro, uma vez que vivemos numa sociedade patriarcal e machista, onde as mulheres ainda se encontram excluídas da maioria das políticas do campo.

Na declaração proposta na articulação para a convivência no semiárido e combate à desertificação, entre outras medidas foram feitas propostas que incluíram as mulheres e jovens, que reivindicaram as seguintes recomendações: Seja cumprida a Convenção da Organização Internacional do Trabalho - OIT<sup>5</sup> que determina a igualdade de remuneração para a mesma função produtiva; As mulheres sejam elegíveis como beneficiárias diretas das ações de Reforma Agrária e titularidade de terra; As mulheres tenham acesso aos programas de crédito agrícola e pecuário; As mulheres e jovens sejam capacitados para participar em conselhos de políticas públicas; As Mulheres adultas tenham acesso à escola com horários e currículo apropriados (Declaração do Semiárido. p 7, 1999).

Além do mais, no Artigo 5<sup>a</sup> Decreto nº 2.741 de 20 de agosto de 1998, da Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países Afetados por Seca Grave e/ou Desertificação Particularmente na África, o Brasil se comprometeu a “aumentar a conscientização e promover a participação dos moradores locais, principalmente mulheres e jovens”.

---

<sup>5</sup> Convenções da OIT de Arnaldo Süsskind, 2<sup>a</sup> edição, 1998. 338p. Gentilmente cedido pela Ed. LTR.

No desenvolvimento do Programa um Milhão de Cisternas - P1MC estão inclusos cursos de gerenciamentos de água, cursos de pedreiro, reuniões que incluem mulheres em todo processo. Desta maneira, a construção da cisterna é mais uma ferramenta mobilizadora, por atender as necessidades básicas que é a água para consumo humano. Segundo o site da ASA, a intenção destes cursos não é só formar pedreiros e pedreiras aptos/as a construir cisternas de forma prática e segura. Mais do que isso, construir espaços e tempos formativos para discutir os conteúdos centrais da proposta de convivência com o Semiárido e da importância da cisterna como elemento mobilizador das famílias rurais.

Na figura 9 vemos as mulheres participando de um curso para se tornarem construtoras de cisternas, e durante a atuação do Projeto depararam com diversos problemas dentro da própria comunidade. Frases como: “Será que elas conseguem mesmo?”, “Coisa de mulher não pode prestar”, “Isso é coisa de quem quer inventar de fazer o que não é pra fazer”; “Se com homens é difícil, imagine com mulheres”, foram cotidianas.

De acordo com Dantas (2007), aos poucos o grupo de mulheres se fortaleceu tornando-se multiplicadoras de seus direitos dentro da sociedade, erguendo mais ainda os grupos coletivos de mulheres com um único objetivo, sempre em busca de melhorias e condições de vida para a sociedade.

Figura 9 - Mulheres construindo cisterna de placa



Fonte: Google Imagem, 2021.

O objetivo central não se constitui apenas em construir cisternas, e sim, dar início ao projeto maior que consiste em mobilizar, as famílias e as entidades do semiárido para construir a convivência com o semiárido. Para Duque (2008), as organizações da sociedade civil envolvidas no processo estrutural do Programa, acreditam que é possível a convivência com o semiárido, desde que haja políticas públicas permanentes e adequadas às necessidades.

Vale ressaltar que a ASA não é uma entidade física e sim uma articulação, por isso o desenvolvimento dos projetos se fazem presentes em diferentes territórios do semiárido através de suas filiais. Este, sobretudo um espaço político democrático, onde “diversas unidades que, através de certas ligações, trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades” (MANCINI, 2000, p.24).

## 2.2 CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS PARA A CONSTRUÇÃO DA CISTERNA DE PLACA

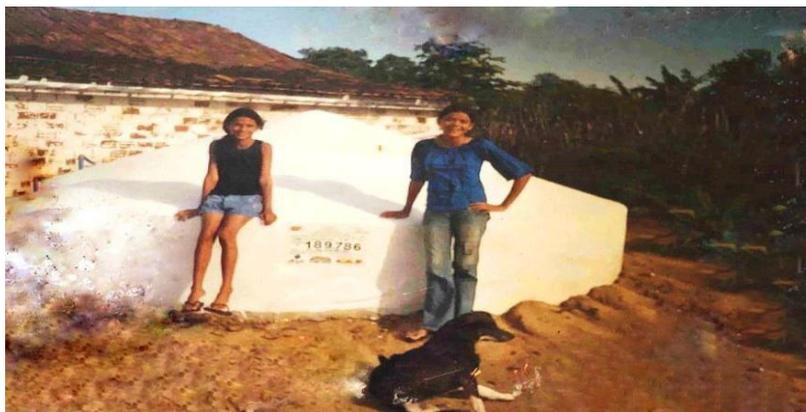
O local escolhido para a construção deve-se levar em consideração uma distância segura das fossas sépticas, currais e chiqueiros para que a água acumulada não se contamine. Inicia-se a escavação em forma circular, com um raio de 1,90 metros por 1,30 metros de profundidade. A confecção do piso da cisterna ocorre com uma camada de 3 cm de concreto com argamassa, que deve ser feita com um saco de cimento, três latas de areia e quatro latas de brita. Sobre esta estrutura põe-se uma malha de ferro confeccionado no local, garantido o nivelamento do piso e aumentando a resistência.

As placas são moldadas de cimento, areia grossa e boa qualidade em forma circular e diferentes tamanhos levando em consideração a construção da parede e da tampa. Com etapa das placas prontas, monta-se a estrutura da cisterna que inicialmente é sustentada por madeira até que suas paredes estejam prontas, prendem-se três fios de arame circundando todos os trilhos na parte exterior da cisterna, para evitar que a estrutura montada se desprenda durante a aplicação da argamassa.

Os próximos passos consistem em confeccionar e instalar calhas e canos PVC nas casas para captação de água da chuva, que cai no telhado e escoam para a cisterna. São instaladas bombas manuais para retirada da água, placa de identificação, tampos e cadeados, além de coadores e telas de proteção na cisterna e na bica que conduz a água do telhado para a cisterna. As cisternas de placas têm capacidade para armazenar 16.000 litros de água, que, segundo a ASA, é o suficiente para atender as necessidades básicas que é beber, cozinhar e escovar os dentes de uma família de até cinco pessoas durante oito meses de estiagem. Mas

acaba não sendo o suficiente tendo que buscar água em outros locais para abastecer. Na figura 10, apresento o registro pessoal do recebimento da cisterna da minha família “Sousa Pereira”, no ano de 2006. Na foto, estamos eu, minha irmã e Lucke meu cachorro da época.

Figura 10 - Recebimento da cisterna de placa da família Sousa Pereira



Fonte: Arquivo pessoal. Sítio Chapada, 2006

No final de cada construção, para fins de registro comprobatório, o beneficiário é fotografado junto à cisterna e após assinar um comprovante de recebimento da tecnologia pela ASA. As cisternas são colocadas em nome da mulher pelo fato de serem titulares e terem o cadastro do Número De Identificação Social Da Família–NIS, nisto é feito um documento assinado pelo beneficiário com a foto do responsável e entregue a família.

Segundo informações da ASA (2003), as cisternas de placas de cimento são uma tecnologia durável. No entanto, a ASA adverte que a duração está diretamente relacionada com os cuidados, pois costumam apresentar rachaduras, além de danos físicos às cisternas quando permanecem vazias por muito tempo. Portanto, é fundamental que as famílias sejam responsáveis para as manutenções, de acordo com as orientações da ASA e demais orientações sobre a gestão da água da cisterna.

### 2.3 PROJETO COOPERAR-PB

Na continuação da política de água o governo do estado da Paraíba tem buscado recursos junto ao Banco Mundial financiamento, para levar mais cisternas de placa para as novas famílias nas comunidades rurais torna crescente a demanda, pela criação de um projeto

de promoção do desenvolvimento sustentável, focado na redução da pobreza rural e melhoria da qualidade de vida dos beneficiários. Os integrantes de novas unidades familiares, mesmo buscando água no vizinho, necessitam dispor de um reservatório para acumular as águas das chuvas, principalmente em locais de difícil acesso.

Neste seguimento, o governo da Paraíba criou o Projeto Cooperar do Estado da Paraíba - Cooperar-PB, que atua na promoção do desenvolvimento sustentável, focado na redução da pobreza rural, através da elevação da qualidade de vida dos beneficiários, do melhor o acesso à água e redução da vulnerabilidade agroclimática. A presidente da associação que representa o sítio Chapada relata como vai funcionar em sua comunidade, a partir de informações transmitidas em reuniões com representantes dos sindicatos.

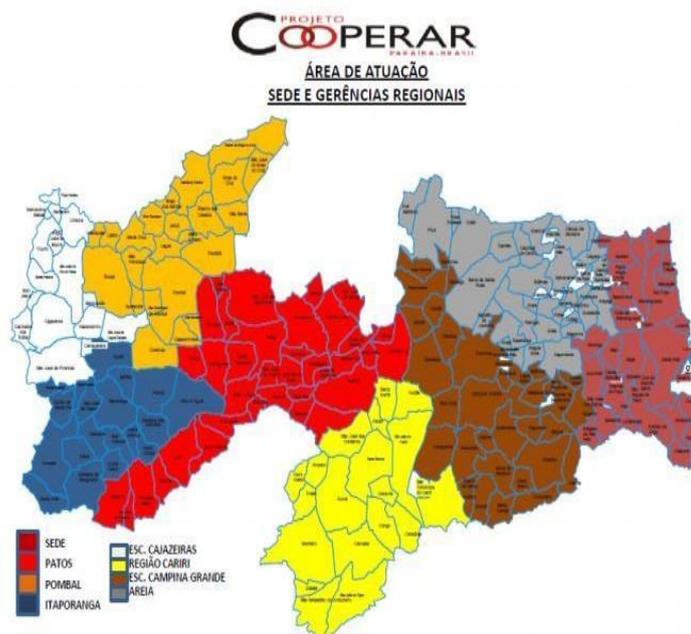
Esse pessoal que se casaram e não tem cisterna (projeto primeira água). A Cooperar teve uma reunião e só vem projeto se tiver fundo rotativo. É feito uma declaração para os sócios assinarem, comprovando que eles vão manter a manutenção das cisternas. Se houver outras vai vim através do governo federal. Vem material e os pedreiros eles que pagam até alimentação. Vem só que não vem tudo, mas já ajuda. Hoje, tem gente já na comunidade que já constrói as cisternas (Presidente da associação Sítio Chapada, Imaculada-PB, novembro de 2020).

O Projeto Cooperar/PB foi criado pela Lei nº 6.523, de 10 de setembro de 1997, constitui-se numa unidade administrativa de natureza autônoma e provisória, vinculada à Secretaria da Agricultura Familiar e do SEAFDS. Em 1998, o governo do estado da Paraíba contratou junto ao Banco Mundial o Empréstimo nº 4251, que financiou o Projeto CPR parte de uma política do governo federal junto com o Banco Mundial para os Estados do Nordeste brasileiro.

O Projeto Cooperar parte de um programa mais amplo do Banco Mundial, de combate à pobreza rural no Nordeste, o Northeast Rural Poverty Alleviation Programa – Programa de Alívio da Pobreza Rural no Nordeste –, e está plenamente articulado às novas estratégias dessa instituição, delineadas a partir do objetivo de combater a pobreza através do estímulo à participação das populações locais na definição dos investimentos do Estado (VIEIRA, 2008, p.113).

A distribuição em áreas que se pode visualizar na figura 11, que compreende todo estado da Paraíba, sendo assim atende todos os municípios. E este recurso pode ser amplamente usado por igual, e toda a população carente usufruir do projeto.

Figura 11 - Área de atuação do Projeto Cooperar-PB compreendendo o estado por gerências regionais e escritórios.



Fonte: Projeto Cooperar

A forma de aquisição do subprojeto é desenvolvida em sua concepção pelas associações, onde a comunidade constitui-a para representá-la como o relato da presidente da associação apresentado anteriormente. Depois que a associação elege sua principal demanda como foi no caso da comunidade Sítio Chapada, é enviado ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS que é discutida em reunião, sua legitimidade no que diz respeito ao estatuto, tempo de vida de existência da associação, procedência no que diz respeito à participação nas reuniões e entre outros aspectos. Após, é estabelecida uma ordem de prioridade dos subprojetos apresentados pelas associações. Sendo concluído este processo, o CMDRS envia por escrito as principais demandas.

O Banco Mundial tem como proponente para o empréstimo do recurso financeiro exerce o papel de fiscalizador junto ao tomador do empréstimo. No caso do governo da Paraíba, quando contrata um empréstimo desta magnitude, é criada uma comissão para estudar e analisar junto os meios e as formas mais adequados para gastar este recurso financeiro. Visto na distribuição na tabela 02.

Tabela 2 – Orçamento do Projeto

<b>Componentes</b>	<b>Banco Mundial (R\$)</b>	<b>Contrapartida (R\$)</b>	<b>Total</b>
Fortalecimento Institucional	10.449.790,00	5.626.810,00	16.076.599,00
Acesso a Água e Redução da Vulnerabilidade Agroclimática	103.196.889,00	74.253.472,00	177.450.360,00
Alianças Produtivas	58.041.830,00	24.875.072,00	82.916.900,00
Gestão, Monitoramento e Avaliação.	28.311.491,00	15.244.649,00	43.556.140
<b>Investimento Total</b>	<b>200.000.000</b>	<b>120.000.000,00</b>	<b>320.000.000</b>

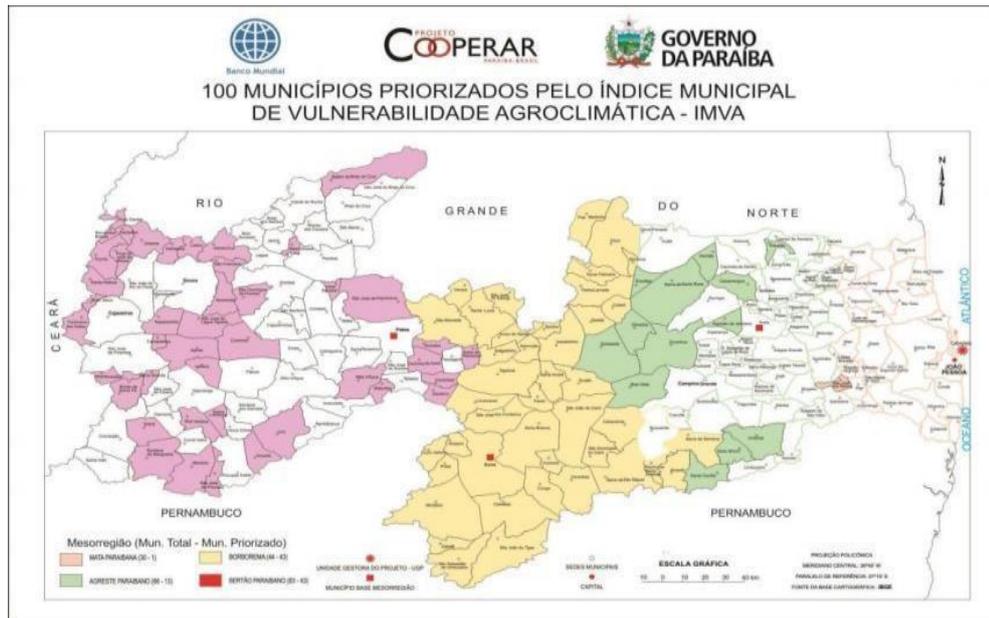
Fonte: Cartilha PB Rural Sustentável, 2020.

Nas regiões que concentram menor volume de água, os agricultores escolhem a implantação de cisternas para armazenamento d'água destinada ao consumo humano, que é componente de Acesso à Água e Redução da Vulnerabilidade Agroclimática. A prioridade é corrigir um pouco da difícil situação histórica do homem do campo no sertão paraibano que se encontra em tantas estiagens.

Além disso, o Cooperar objetiva potencializar a agricultura e pecuária e o abastecimento doméstico d'água. Na verdade, o projeto contempla uma gama de prioridades das populações de municípios que apresentam uma alta taxa de vulnerabilidade, que compreende desde o índice pluviométrico até a própria questão da pobreza rural. Esta proposta busca resultados favoráveis aos processos de convivência do agricultor com o meio ambiente, propiciado pelo “armazenamento de água para produção agrícola e pecuária, sistemas de abastecimento, poços, complexos sanitários individuais, melhoria do acesso rural, apoio à agricultura irrigada, a pecuária, a produção de diversos tipos alimentares e mini-indústrias” (COOPERAR, 2015, p. 17).

Os indicadores utilizados como parâmetros para a escolha dos 100 municípios prioritários do estado foram distribuídos em quatro mesorregiões, a saber, a Mata Borborema, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano. Para a execução do Projeto Paraíba Rural Sustentável, foi considerado o maior grau de vulnerabilidade agroclimática, como podemos ver na figura 12.

Figura 12 - Priorização dos 100 municípios com maior Vulnerabilidade Agroclimática



Fonte: Paraíba, 2015

O programa é de cunho socioeconômico e está direcionado para a redução da pobreza rural e suas consequências, sempre visando ao atendimento de associações e cooperativas. Na figura 13, vemos a cisterna construída pelo projeto, que já são 5.077 cisternas construídas ou reformadas segundo o Projeto.

Figura 13 - Cisterna construída pelo Projeto Cooperar-PB



Fonte: Projeto Cooperar 2020

O Programa contempla outras etapas que é levar o desenvolvimento e combate à precariedade na condição do homem do campo. Desta forma, além do enfrentamento da falta d'água, está incluído o combate ao analfabetismo, melhoria das obras de infraestrutura e redução da vulnerabilidade social e da fome, que sempre acompanham a história da população rural paraibana. De forma geral, “o Projeto Cooperar do Estado da Paraíba tem como pilares de atuação o apoio ao Cooperativismo e Associativismo, na identificação, no planejamento, na execução e na operação dos seus investimentos” (OLIVEIRA, 2006, p. 14).

O governo interioriza mais as preocupações de desenvolvimento que está voltada para o Semiárido do Estado da Paraíba, sendo assim o Projeto Cooperar deixam de ser uma organização que é voltada para a zona rural, e passa a possuir característica de uma agência de desenvolvimento regional atendendo pequenos aglomerados na zona urbana e territórios indígenas do estado. Os principais beneficiários das políticas desenvolvidas pelo projeto Cooperar são os habitantes das comunidades rurais pobres e sedes municipais do estado com até 7.500 (sete mil e quinhentos) habitantes (PARAÍBA, 2001).

Na continuidade do organograma do Projeto Cooperar, subordinada à Gerência Operacional, está a Coordenação de Salvaguardas Socioambientais que tem dentre suas atribuições fortalecer a inclusão de mulheres e jovens nos subprojetos. Em relação à questão de gênero, nas áreas rurais e urbanas da Paraíba, mulheres representam uma porcentagem significativamente maior da população em situação de pobreza extrema do que os homens.

Homens e mulheres que trabalham no setor agrícola são mais propensos a ser pobres ou extremamente pobres do que os trabalhadores de outros setores. Além disso, as famílias Chefiadas por mulheres encontram-se em situação particularmente desfavorável em comparação com as famílias chefiadas por homens. Na tabela 03, mostra a quantidade de subprojetos financiados com perspectiva à promoção do fortalecimento da questão de gênero.

Tabela 3- Quantidade de subprojetos questão de gênero

<b>Tipologia/Gênero</b>	<b>Convênios</b>	<b>Famílias Beneficiadas</b>	<b>Valor</b>
Infraestrutura	326	17753	25.236.944,15
Feminino	130	6451	10.937.499,22
Masculino	196	11302	14.299.444,93
PRODUTIVO	156	8418	20.302.556,56
Feminino	46	2727	6.839.632,62
Masculino	110	5691	13.462.923,94
SOCIAL	5	668	1.427.481,10
Feminino	2	156	785.669,59
Masculino	3	512	641.811,51
<b>Total</b>	<b>487</b>	<b>26839</b>	<b>46.966.981,81</b>

Fonte: Projeto COOPERAR, 2014.

Para estes projetos receberem complementação de verbas como forma de incentivo é necessário a participação das mulheres rurais, a fim de erradicar desigualdades e exclusão social de gênero, contribuindo para efetivação da cidadania. Segundo Farah (2011, p. 51):

Políticas Públicas com recorte de gênero são políticas que reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres. Essa categoria inclui, portanto, tanto políticas dirigidas a mulheres – como as ações pioneiras do início dos anos 80 – quanto ações específicas para mulheres em iniciativas voltadas para um público mais abrangente.

Neste contexto, criou-se o Plano de Gênero e Geração<sup>6</sup>, que desenvolve uma política para inserção das pautas nos subprojetos financiados. Dessa maneira, elaborou uma análise socioambiental abrangente de acordo com as políticas do Banco Mundial e as exigências legais federais e estaduais.

Diante das constatações dessa análise, o Estado da Paraíba preparou uma Avaliação de Impactos Socioambientais - AISA incluiu uma análise da experiência e da capacidade das agências, para tratar as principais questões sociais no processo de identificação e seleção de beneficiários e subprojetos, e nas relações com povos indígenas e comunidades quilombolas, igualdade de gênero, desapropriação de terras e reassentamento.

Segundo o plano de gênero e geração, específica que nas áreas rurais e urbanas da Paraíba, as mulheres representam uma porcentagem significativamente maior da população em situação de pobreza e pobreza extrema do que os homens. As famílias chefiadas por mulheres encontram-se em situação particularmente desfavorável em comparação com as famílias chefiadas por homens. As mulheres e as meninas não só desempenham funções na produção como também carregam a maior parte das responsabilidades domésticas.

O projeto Cooperar realizou uma avaliação de gênero e formulou sua respectiva estratégia. A estratégia de gênero tem como principais elementos: a) uma estratégia de comunicação diferenciada; b) oferecer cursos de treinamento específicos para mulheres, grupos de mulheres e prestadores de serviços; c) priorizar as comunidades com maior número de mulheres em relação ao acesso a água e à redução da vulnerabilidade; d) prestar assistência técnica especializada a grupos e lideranças de mulheres nas alianças produtivas. (PLANO DE GERAÇÃO E GÊNERO, 2020, p. 4). Para resgatar o conjunto diversificado dos papéis desempenhados pelas mulheres, considerando-as como agentes, ao contrário de considerá-las exclusivamente como pessoas integrantes do núcleo familiar (MELO; SABBATO, 2007).

---

<sup>6</sup> Plano de Gênero e Geração Revisão Final. Disponível em: <https://cooperar.pb.gov.br/arquivos/salvuardas-ambientais/plano-de-genero-e-geracao-revisado-final.pdf/view>. Acesso em 20/09/2021.

### 3 MULHERES RURAIS NA RELAÇÃO DE TRABALHO DA CASA A ROÇA

Neste capítulo, analiso as relações das mulheres rurais com a água, nos seus trabalhos cotidianos em casa, no quintal e na roça. As mulheres percebem como natural suas atividades ligadas à esfera doméstica, enquanto que os trabalhos nas atividades produtivas na lavoura são considerados como “ajuda”, mesmo que passe o mesmo tempo no trabalho da roça.

Mulheres e crianças ajudam no plantio e na colheita das lavouras, cuidam das atividades domésticas e procuram complementar a renda familiar. Além de lidar com discurso do patriarcalismo por meio da estrutura familiar rural brasileira, que não pode ser imaginada sem a figura da mãe protetora, acolhedora, dócil, que está sempre pronta para o refúgio dos filhos.

#### 3.1 MEU NOME É “AJUDA”: O COTIDIANO DAS MULHERES

O termo “ajuda” refere-se, segundo (Brumer, 1995), a uma atribuição de caráter secundário, subalterno, de menor importância em relação à atividade principal. A ajuda também está relacionada pelo caráter de subordinação, pois o ajudante é o subordinado naquela atividade, aquele que não é responsável pelo processo de tomada de decisões decorrentes da mesma. Por não desenvolver todas as etapas do roçado e por ser uma atividade liderada pelo homem adulto, esse trabalho é qualificado como ajuda, o que inviabilizou durante muito tempo o reconhecimento das mulheres como trabalhadoras e, conseqüentemente, a garantia de seus direitos sociais.

Para compreendermos o trabalho feminino no roçado, é preciso, primeiro, descrever os tipos de trabalho que lá se realizam. “Brocar mato” significa derrubar mato alto com foice, tendo, inclusive que destocar “limpar mato” ou “roçar”, capinar as plantas invasoras, “cavar a terra” fazer buracos para semear e depois cobrir com a terra, ou quaisquer outras atividades, mesmo as “masculinas” como a adubação, utilização de ferramentas manuais. No terreiro seca e ensaca feijão e milho; participa da subsistência e cuida da pequena criação. Além de buscar lenha que geralmente são trazidas das matas, tarefa que se repete uma vez por semana, às vezes, percorrendo longa distância.

Sendo também de responsabilidade das mulheres e dos filhos menores, as atividades de criação de animais pequenos: galinha, porcos, bode, cabras e ovelhas e também animais maiores, como vacas e bois. Embora elas estejam inseridas desde a infância no grupo de

trabalho familiar, inclusive na roça, quando acompanham a família no período de colheita, elas crescem tendo de lutar para serem consideradas trabalhadoras rurais.

Como inerente ao trabalho doméstico, como de qualquer dona de casa, as mulheres são responsáveis pelos cuidados internos do lar como varrer a casa, cozinhar, lavar pratos, cuidar da roupa, olhar as crianças, de forma constante e intensa. Apesar de trabalharem no roçado e serem também responsáveis pelos cuidados da casa, as mulheres não se consideram dupla jornada de trabalho. Para elas, a dupla jornada só vai parecer no caso das volantes cujo trabalho é assalariado. Quando o trabalho integra a família, as mulheres conciliam seus horários de modo a combinar entre as duas ocupações que são a casa e a roça (PANZUTTI, 1997).

No trabalho da roça, segundo Paulilo (1982), considera-se que a mulher faz trabalho leve e o homem o pesado. Compreendemos que os adjetivos leve e pesado têm a ver com o instrumento de trabalho utilizado e com o esforço durante a atividade. Para brocar mato, são utilizados foice e o machado e, para cavar uma enxada que pesa cerca de três libras mais ou menos 1.350 g, presa em um ângulo reto ao cabo. É preciso dizer que, nessa região, o trabalho feminino na terra era mesmo pesado, porque aos homens cabia trabalho assalariado nas grandes plantações de cana-de-açúcar ou Sudeste, quando é atingido por longas secas para sustentar as famílias (PAULILO, 1982). Trabalhos “leve” e “pesado” são, portanto, categorias que variam segundo o sexo do trabalhador e as condições de exploração da terra nas várias regiões agrícolas. Apesar de efetivamente ter participado intensamente do trabalho da lavoura com o homem no período inicial, é marcante a representação do seu trabalho como complementar.

Portanto, são colocadas no poder de decisão sobre os destinos da plantação, pois, na maioria das famílias, são atribuições masculinas, embora em alguns casos tenhamos constatado que a mulher tenha participado dessas decisões em nível de opinião, evidenciando assim a posição de poder secundário que ocupa no estabelecimento. A fala de a agricultora Maria Conceição seguir é elucidativa:

Aqui em casa é assim, quando quero uma coisa eu combino com meu marido e meus filhos para ver se dá certo. Tenho medo de fazer uma coisa sem conversar com ninguém. E todo mundo me apoia no que vou fazer (Maria Conceição Sitio Chapada, Imaculada-PB).

Segundo Heredia (1979), dado o papel do gênero na divisão do trabalho, as mulheres não eram definidas como trabalhadoras, apesar da natureza indispensável de sua atividade na

sobrevivência da família. Muitas mulheres terminaram internalizando nelas mesmas essa condição de inexistência, enquanto produtoras fazendo o mesmo trabalho que o homem.

Alguns dos serviços que cabem à mulher é o abastecimento de água no período de estiagem para a sua família. Sendo de sua responsabilidade, ela percorre quilômetros de distância com uma lata d'água na cabeça e, para isso, acaba exercendo uma rotina de trabalho estafante e perigosa, devido às longas distâncias, ao peso de carregar as latas d'água, às convicções do clima quente e seco e aos transtornos que podem encontrar durante o trajeto. Segundo Cavalcanti (2003), no período da seca, as mulheres sertanejas podem caminhar de três a seis quilômetros, carregando latas na cabeça de 16 a 18 litros para o abastecimento de água na sua casa.

Antes das políticas de água no Nordeste, o peso deste trabalho ainda permanece vivo na memória coletiva das mulheres de Imaculada, por mim entrevistadas. Maria do Socorro relembra, em detalhes, o sacrifício diário de buscar a água de consumo da família e as longas distâncias para lavar roupa no açude que abastece a cidade de Imaculada conhecido com Albino percorrendo 12 km:

Era difícil, mas hoje mudou muito. Ia buscar na cabeça, nem um jegue tinha. Aqui mesmo, meu marido ajudava quando fosse preciso ele ajudava. A função da água era a gente (as mulheres), os meninos era roça. Na época dos meninos já não era mais difícil, já tinha o açude, mas continuava carregando na cabeça. No tempo da minha lavagem de roupa, fazia no Açude do albino e ia um “bucado” de mulher em uma caminhonete (Maria do Socorro, Sítio Chapada, Imaculada-PB, novembro de 2020).

Desde crianças, essas mulheres “ajudaram” na dura tarefa de carregar lata d'água na cabeça. Assim, desde muito novas, elas teciam histórias de sofrimento, de lutas e de resistência. O relato de uma agricultora elucidada:

Era difícil. Eu mesma comecei a carregar a lata d'água na cabeça com oito anos. Na feira tinha um pessoal que vendia uma lata de zinco que era meia lata. Aí, meu pai comprou uma para mim e outra para minha irmã. Morávamos longe do açude e quando chegava em casa estava com a cabeça queimando, a gente levantava de manhã cedinho ia buscar uma lata no açude. Aí, voltava para casa, lavava os pés só molhava “as canelas” vestia uma roupinha e corria para escola que era perto do açude também. A gente levava as latas e quando terminava a aula, vinha por lá a trazia mais latas d'água. Quando era de tardezinha ia buscar outra. Eu e minha irmã na cabeça e meu pai e meu irmão no galão, sempre eles ajudavam (Maria Conceição, Sítio Chapada Imaculada-PB).

Em situações de escassez ou de falta de água, o trabalho da mulher aumenta devido às dificuldades e precariedade para realizar o abastecimento da casa. São elas que administram e controlam a distribuição da água na casa, tanto para beber, preparar alimentos e fazer a

higiene pessoal da família, além do atendimento das necessidades dos animais de pequeno porte e das plantas do quintal (GARCIA, 1989). O depoimento de Maria do Carmo reforça a necessidade delas terem que fazer o trabalho de buscar água pelo fato do marido ter viajado.

Depois que casei, ia buscar no sitio vizinho, na cabeça. Era eu sozinha, pois meu marido viajava e mesmo grávida tinha que ir buscar água na cabeça. Ia buscar três vezes por dia e era para tudo. Não podia deixar o pote secar de manhã, na hora do almoço e de tarde. Para lavar roupa, ia lavar longe, levava os panos no jegue. E se meu marido tivesse aqui ia também para ajudar a carregar água (Maria do Carmo, Sítio Chapada, Imaculada-PB).

O cotidiano das mulheres da comunidade Sítio Chapada, mostrado no cenário das entrevistas, traduz em um espaço que envolve a casa, o quintal e o roçado. Na pesquisa in loco, observou-se que as atividades diárias realizadas pelas mulheres começam sempre às cinco horas da manhã, algumas até mais cedo, como ilustram os relatos a seguir:

Eu dormia sete horas, quando era cinco da manhã estava acordado, ia lavar roupa, já deixava as crianças, iam para roça, almoçava na casa da sogra. De 13h00min voltava de novo no sol quente e vinha de 17h00min e 17h30min. Quando chegava ia dar banho nas meninas e tomar banho, fazer bolo para outro dia. Só eu fazia as coisas de casa. Hoje em dia acordo cedo porque tenho que fazer café para eles irem para roça e fica melhor porque lavo roupa em casa. Mas ainda vou para a roça (Maria José, Sítio Chapada, Imaculada-PB).

Acordava às 06h00min fazia o lanche dele para levar para a roça e depois botava a comida no fogo, e minha filha mais velha ficava em casa e eu ia ajudar na roça. Nunca dormi cedo, costumo ir das 10h00min às 10h30min da noite. Hoje melhorou, o serviço que tem agora é mais em casa, negócio de roça é no tempo de feijão que vou ajudar, limpa de mato. Eles têm que sair às 8h00min da manhã. As meninas são da roça e casa. Serviço de casa para homem é “desmantelado”, pois eu saio de casa e eles não fazem um café, “isso tudo é criar filho mimado quando sai de casa tem que deixar tudo pronto” (Maria Joaquina, Sítio Chapada, Imaculada-PB).

Entretanto, tratando-se a agricultura atividade econômica importante e necessária forma a divisão de tarefa, constituiu um elemento básico na organização do lar resultado das representações sociais que delegou às mulheres os trabalhos da casa e os da roça, enquanto trabalho fundamental para a sobrevivência da unidade familiar. Por essa razão, na cultura rural, a mulher está relacionada ao universo doméstico. O que acaba ocultando o papel econômico feminino na roça, sob uma discussão que opõe o masculino e o feminino em relação ao poder. Esse sistema fazia com que as desigualdades fossem vistas de forma natural, e não como parte de um sistema histórico social e cultural. Nas palavras de Del Valle (1991, p. 223):

No campo o principal valor da mulher era definido em função da sua capacidade de reprodução, tanto no sentido biológico como em relação à comida e aos valores culturais no âmbito doméstico: a casa, a horta, o pomar e os pequenos animais. Na casa se desenvolve a vida privada: o cuidado do corpo, a experiência da vida sexual e da vida reprodutiva, o preparo da comida e a realização de experiências de socialização são algumas das que aparecem com frequência.

No depoimento das agricultoras, analisamos como é frequente o ato de levantar sempre muito cedo e fazer café do marido ou para os filhos, emendados com outros trabalhos nos arredores de casa, como cuidar dos animais, tirar o gado do curral e levá-lo para outra área da roça. E, quando voltava, dava continuidade aos afazeres domésticos. Também era responsável por ir buscar novamente o gado para dormir e inclusive a maioria era responsável por tirar o leite pela manhã. Além disso, quando tinham filhos pequenos essa jornada de trabalho só aumentava, geralmente estendendo-se até tarde da noite.

A construção social é constituída pelo conjunto de práticas e valores que podem ser passados por várias gerações e é perpassada pelas variações dos grupos sociais que a produzem. Na fala de Maria Aparecida retrata como essa cultura de cuidado do lar e da roça foi passada para suas filhas e filhos após alguns anos em decorrência da sua idade.

Hoje em dia me acordo 5hm 00, 05h30min vou cuidar do almoço a menina vai cuidar na casa. Aí quando é umas 10 e pouco já estou desocupada para lavar roupa, nós duas no instante lava. Depois que meu filho completou de 15 a 16 a gente não cuidou mais de gado, ele tomou de conta. Faz quinze anos que meu marido parou de trabalhar por causa de uma doença. E meu filho agora é dono de casa para tudo, Antes era eu que pegava lenha e partia agora ele faz isso, e me ajuda a buscar água, a lavar louça, ontem mesmo eu estava assistindo e ele veio na cozinha lavar uns copos aqui para botar café para os meninos. Quando ele chega e eu estiver assistindo é muito difícil dele me chamar, ele mesmo bota o café no fogo. Meus “pés e as mãos” para eu e o pai dele. Ainda me ajuda com esse auxílio quando estou cheia de serviços (Maria Aparecida, Sítio Chapada, Imaculada-PB).

Na difícil questão do cruzamento entre as categorias classe e gênero, Scott (1995) diz que se mantiverem uma postura objetivista, ou seja, se tomarem a classe e gênero como “coisas”, as mulheres não serão capazes de se aperceber as dificuldades de teorizar sobre o que significa ser mulher e trabalhadora, levando em conta que classe e gênero são construções, representações. O conceito de classe trabalhadora enquanto categoria universal carrega esta mesma marca original, de invisibilidade do feminino.

De acordo com Bourdieu (1999), as relações sexuais são socialmente instituídas e engendram o mundo social e simbólico com referenciais de masculinidade e feminilidade compondo dimensões do habitus e da dominação simbólica, além disso, enfatiza que a dominação masculina centrada na dominação simbólica é o princípio que justifica e legitima

as demais formas de dominação/submissão, exercitadas de maneiras singulares e múltiplas e, sendo diferentes em suas formas segundo a posição social, cujas manifestações perpassam o universo habitado por dominantes e dominado.

Além de tais tarefas, as mulheres também são responsáveis pela formação gerações o que garantirá a reprodução do modo de produção, portanto essas atribuições acrescentam-se tarefas que são culturalmente impostos, e atribuídos exclusivamente ao sexo feminino que se incluem o preparo de alimentos, a limpeza da casa, o cuidado com as roupas e a proteção dos filhos. (BRUSCHINI, 1982).

Além do mais, inclui também a gravidez, o parto e a amamentação, que são funções para as quais as mulheres sentem-se biologicamente preparadas. Tais tarefas são definidas pela psicóloga norte americana Nancy Chodorow (1979), como “maternagem” e são resultados de imposições culturais. Para tanto, demonstrando que os membros da família no decorrer da história tinham tarefas definidas de acordo com a idade, sexo ou posição na estrutura familiar. As atividades domésticas são realizadas, exclusivamente, pelas mulheres e são compreendidas pela comunidade como tarefa natural da condição feminina, retificando os papéis de gênero, estabelecidos socialmente.

Para Scott (1992), é através da modernidade que emerge uma nova divisão sexual da mão-de-obra no mercado de trabalho, reunindo as mulheres em certas atividades, colocando mas sempre abaixo na hierarquia profissional, e estabelecendo salários em níveis insuficientes para a sua subsistência. Ao invés da transformação das relações de trabalho e dos padrões ocupacionais levarem a uma reformulação dos papéis conjugais, é a definição tradicional destes que estabelece barreiras à plena proletarização das mulheres, pois seu trabalho continua sendo visto como subsidiário ao homem.

Na comunidade do sítio chapada é importante destacar que o produto do roçado serve para abastecer a casa, por tanto, é a área cultivada que dá condições de existência para a produção de subsistência e quando há excedentes vendem. Mas diante as longas estiagens ou o curto período de chuva na região do sertão da Paraíba, esses agricultores plantam pequenas áreas de produção isso não obtendo renda extra através da venda. E observamos nesta pesquisa que as mulheres evidenciam que tudo o que “lucram” é guardado para alimentação da família, dos animais de pequeno porte e para plantar no ano seguinte. Como podemos ver nas falas a seguir:

O que lucramos “gasto” em casa, e se vendesse fazia feira e também para comprar remédio. Mas meu marido nunca gostou que fosse vendido só se fosse necessário (Maria Terezinha, Sítio Chapada, Imaculada-PB).

Tudo que lucra é para se alimentar, só dar para comer mesmo. A pessoa guarda porque não sabe como vai ser o ano seguinte (Maria Joaquina, Sítio Chapada, Imaculada-PB).

Para Grisa e Schneider (2008), a produção para o autoconsumo é uma forma de respeito aos gostos alimentares das comunidades locais, servindo como instrumento de preservação da cultura, muitas dessas práticas são passadas de pais para filhos. E as mulheres são responsáveis pela manutenção e complemento da renda da família através dos quintais produtivos, que são a grande parte dos alimentos para o consumo no cotidiano.

É nesse espaço que os membros da família desempenham suas atividades destacando a importante presença e participação da mulher como a principal colaboradora na composição da diversidade de plantas e espécies que compõem essa paisagem. Os quintais produtivos representam o trabalho feminino que é baseado em princípios ecológicos e organizado em torno das casas, apresentando uma produção diversificada: hortaliças, frutas, materiais medicinais e hortaliças.

Todas as mulheres participantes da pesquisa relataram que não faziam uso de agrotóxicos ou quaisquer outras práticas que prejudicassem o solo ou a saúde, afetando os produtos que produziam para uso pessoal. A maior vantagem é desfrutar de alimentos confiáveis, o que garante a segurança alimentar das famílias rurais e, portanto, garante autonomia Grisa (2007). As figuras 14, 15, 16 e 17 mostram os quintais produtivos das mulheres na comunidade Sitio Chapada.

Figuras 14 e 15- Hortas domésticas com hortaliças e plantas medicinais.



Figuras 16 e 17- Quintais domésticos



Fonte: Registro da pesquisa de campo, 2020

Além disso, os preços mais baixos dos produtos de quintal (frutas, vegetais, frango e ovos) em comparação com as safras (milho, feijão, farinha) reforçam as características secundárias do trabalho das mulheres. Como o homem deve prover a casa com os alimentos de que a família precisa, ele o fará por meio de seu trabalho direto na área de plantio ou mesmo pela venda de mercadorias. Portanto, o espaço público onde as relações de negócios acontecem também é masculino.

Segundo os autores Melo e Sabbato (2000), a proporção de mulheres que se dedicam à agricultura e pecuária é inferior à dos homens, enquanto a proporção de mulheres que se dedicam à jardinagem, criação de aves e pequenos animais são superiores à dos homens. Como esses projetos representam apenas 12,4% do valor total da agricultura, enquanto a agricultura e a pecuária respondem por 83,8%, eles permitem que as mulheres sejam colocadas em funções subordinadas e dependentes em relação aos homens. Além disso, segundo dados do Comitê Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais - CONTAG<sup>7</sup>, as mulheres representam 40% da força de trabalho rural. Na agricultura familiar, respondem por 36,2% do emprego (Abramovay e Silva, 2000).

<sup>7</sup> A Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais agricultores e agricultoras Familiares. Referência no país na luta pela defesa permanente dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Atualmente, com as 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs); O Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR).

### 3.2 PATRIARCADO NO ESPAÇO RURAL

A história em que as mulheres passam a fazer parte da elaboração do mundo, elas irão falar de um mundo que pertence aos homens, que está repleta de figuras masculinas salientando um mundo que dirá qual a posição da mulher na história. Neste contexto, a categoria do patriarcado ocupará lugar de destaque no pensamento social brasileiro. Gilberto Freyre destacando em sua "Introdução à História da Sociedade Patriarcal Brasileira" (1977) que durante o período colonial brasileiro as mulheres faziam parte de uma estrutura governamental mais ampla e afirmou que sua existência se limitava à vida familiar e à sua vida. Neste momento, a discussão retorna para uma das mais importantes questões de gênero ligadas ao mundo rural contemporâneo e ao patriarcado, que é a posição da agricultura familiar e a reprodução social (BUARQUE, 2005).

O crescimento da importância das questões de gênero constituindo de maneira que o poder exercido promoveu a desqualificação da figura da mulher e a coloca à margem patriarcal. Pode-se dizer que a falta de domínio da tecnologia, aliada à rejeição do pai ao processo de transferência de conhecimento, aliada à incapacidade de aceitar trabalhar em um ambiente agrícola, no campo, ou em negócios, faz com que essa mulher se por acaso estar em um lugar que não é especificado por eles, enfrenta um comportamento hostil, e quando decide fazê-lo, torna-se uma anomalia social.

No período moderno, a casa passa a ser o espaço privado de fato da mulher e desta maneira é afastada da vida pública e da comunidade, para elas se que se mantém nos limites da casa, sua visão passa a ser o cumprimento de tarefas e compromissos exigidos pela sociedade. A figura da mulher por muitos séculos foi sempre associada à submissão, sendo negado a ela o direito de ser protagonista de sua própria história, e ainda hoje em muitos contextos, ela ainda é vista apenas como aquela que cuida da casa, do marido e dos filhos. Em muitos espaços, continua invisível a sua luta, a sua história (RIOS; BASTOS, 2018).

Esses temas encarnam o sertão nordestino, que, nesse imaginário, se torna um espaço mítico. Gestou-se nesse processo uma galeria de estereótipos, dentre os quais a representação da "mulher da peste". Um estereótipo para a figura da mulher nordestina, mestiça e pobre, filha do sertão rude, no qual, para a sobrevivência diante de todas as suas mazelas, até as mulheres deveriam ser "como homens", fortes, resistentes, ásperas, rígidas, implacáveis, inflexíveis, valentes, vigorosas e fortes. Em muitos momentos o termo "mulher da peste" se confunde com o termo "mulher-macho", este último imortalizado nos versos da canção

popular de Luiz Gonzaga. Segundo Melo e Sabbato (2000), as mulheres do meio rural têm a ideologia patriarcal muito mais introjetada em seu comportamento do que outras.

Uma característica própria entre as mulheres sertanejas é que no entendimento o casamento é a única possibilidade de fugir da fome e da árdua vida pesada. Mas acaba reproduzindo o que a mãe instruiu passada pelas gerações. Em muitos casos, as mulheres veem como única escolha o casamento, tendo nele embutida uma condição, digamos, menos trágica, que seria permanecendo solteira, levar uma vida celibatária e cuidar dos pais (Paulilo, 2004 p. 235). Para esses fatos deve-se negar o conformismo, sobre isso, pelos argumentos de Meillasoux (2011, p. 6, apud ZERZAN, 2011) tem-se que:

Nada na natureza explica a divisão sexual de trabalho, nem instituições como o casamento, conjugalidade ou descendência paterna. Tudo é imposto sobre a mulher através de coerção, todos são, portanto, fatos da civilização que devem ser explicados, e não usados como explicação (Meillasoux, op.cit, p.20-21apud Zerzan, 2011 p. 6).

A seguir, observa-se o padrão separatista e sexista desde a infância com a divisão sexual do trabalho onde, a menina é preparada para casar e o menino, para dominar as técnicas produtivas. O trabalho da menina aqui é tratado como "ajuda", o que pode apontar o caráter hierárquico das relações de poder no trabalho familiar, conforme relato de (BRANDÃO, 1983 p. 28):

Cedo na vida crianças camponesas iniciam, com os pais e os irmãos mais velhos, o aprendizado dos ofícios caipiras do rancho, do terreiro, da roça e da mata. Por volta dos cinco ou seis anos uma menina começa a ajudar a mãe nas rotinas da casa. Um pouco mais tarde ela lava a roupa, cuida das “criações” e ajuda a mãe nas alquimias diárias da cozinha. Com menos de dez anos mistura a escola — quando vai à escola — com os cuidados da casa, sempre que a mãe e as irmãs mais velhas vão para a roça nos tempos de trabalho mais intenso na lavoura. Cedo também o menino cuida com o pai de assuntos do quintal e leva “pros homens” a comida diária, quando a roça é longe do rancho. Um pouco mais tarde, os meninos aprendem, no ofício do trabalho, os segredos do lavrar e trabalham com os pais, tios, padrinhos e outros “mais velhos” nos diferentes “serviços” do lavrador. Na idade em que algumas meninas da cidade começam a largar de lado as bonecas, algumas moças da roça podem estar começando a carregar o primeiro filho. Ao longo da puberdade a família e a comunidade da vizinhança esperam que ela conheça boa parte do que uma mulher caipira precisa saber para casar. Para “tocar” por conta própria um rancho e uma família. Jovem ainda um lavrador caipira é um homem preparado para “tocar sua roça” e responder pela sua família.

De mesmo modo identificado pelo documentário “Vida Maria”<sup>8</sup> no qual retrata a história do cotidiano entre mãe e filha, no contexto narra à filha representava o papel de uma

---

<sup>8</sup> Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG\\_htum4](https://www.youtube.com/watch?v=yFpoG_htum4). Acesso em: 20/08/2021.

menina que não tinha tempo de dedicar-se aos estudos, pelo fato de sua mãe sempre demandar as atividades domésticas.

De acordo com dados disponibilizados pela Secretaria de Política para as Mulheres<sup>9</sup>, a zona rural tem um baixo índice de escolaridade em relação à zona urbana, pois o acesso à educação infantil só começava a partir dos sete anos de idade nas escolas da zona rural dessa forma acabam casando mesmo de menores. Além de que existe uma falta de conhecimento por parte dos pais que não tiveram educação suficiente para mudar o destino das filhas, as mulheres da pesquisa salientam em de dizer que só tem acesso à educação quem tem maior poder aquisitivo para estudar.

A mesma forma de educação familiar representada pela mãe é a mesma reproduzida na fase adulta da filha. O que denota um ciclo de reprodução de estereótipos moldados por comportamento socialmente sexista e autoritário, fruto de uma prática machista, reproduzida historicamente pela sociedade. Para Reis e Maia (2009, p. 137):

Estereótipos sexuais são formados em um contexto cultural que estabelece padrões do masculino e do feminino por meio de processos educacionais, inclusive no meio familiar; dizem respeito a padrões rígidos de gênero, entendido aqui como uma construção social que ocorre em diferentes culturas e momentos históricos, sobre as características estabelecidas para homens e mulheres em função do sexo a que pertencem.

As funções maternas passam a ser normatizadas pelos modelos, olhares e práticas discursivas do patriarcado. Nesse simbolismo, a mulher serviu para satisfação de desejos, por meio da violência, e gerar prole, para fins econômicos numa dinâmica de exploração, assim como a natureza (Lacerda, 2010 p. 98).

As nordestinas da zona rural, sempre tiveram o histórico de terem muitos filhos a fim de aumentar a mão de obra no trabalho do roçado sendo uma mão de obra gratuita e como forma de respeito com o patriarca da família, pelo fato que eles sempre os alimentaram, vestiram e educaram. A luta pelo reconhecimento dos papéis sociais que a maternidade desempenha na sociedade foi uma das primeiras ferramentas de reivindicação à cidadania pelas feministas de da história (SCOTT, 2002). Esse modelo com ênfase na maternidade acabou por excluí-la da política e das decisões da comunidade, no qual o modo como a mulher se percebe e é percebida nos nossos dias como o resultado de uma continuação

---

<sup>9</sup> Os dados referentes ao tempo de escolaridade de mulheres do campo e da cidade por ser acessados por meio do seguinte endereço: <http://www.spm.gov.br/assuntos/mulheres-do-campo-e-da-floresta/dados>. Acessado em: 20/08/2021.

histórica em que as concepções tradicionais do feminino continuam a ter influência na sociedade contemporânea.

Neste seguimento, mesmo diante dos avanços nas políticas públicas para mulheres, este grupo é mais vulnerável ao acesso no regime da previdência rural, em virtude dos entraves existentes na comprovação da atividade rural através de documentos, pois na maioria das vezes elas não possuem documentos próprios. Brumer (2004) salienta que a situação se complica nos casos de separação/divórcio, pois o homem, titular dos documentos, os sonega à mulher, não permitindo que a mesma faça uso dos mesmos para requerimento de sua aposentadoria. E está relacionado a muitas vezes no próprio registro de nascimento está como profissão dona de casa, mesmo ela tendo nascido e permanecido em zona rural.

## 4 A MULHER RURAL E A DIMENSÃO SIMBÓLICA DA ÁGUA

Este capítulo aborda aspectos simbólicos da água o que é representado na sua simbologia trazendo o discurso popular ou tradicional sobre a seca, isto é, aquele discurso que nasceu na vivência do homem do campo, a relação das mulheres no discurso erudito com este fenômeno natural.

Experiência de vida que é transmitida através da oralidade, manifestada em atitudes e comportamentos ou através da produção cultural. A falta d'água tem sido historicamente narrada como uma experiência de dor, de fome e de lamentação. E neste capítulo traremos a luta das mulheres em manterem-se em frente ao clamor e ao mesmo tempo felizes amarradas a uma fé.

### 4.1 AS SENHORAS DAS ÁGUAS

De todos os elementos, nenhum tem a abrangência simbólica da água. Seus significados não apenas múltiplos, mas mutantes e antagônicos. A água é tudo, para Tales tudo é água (BRUNI, 1993). A simbologia da água incluem a vida e a morte, o reflexo da alma, os olhos do mundo, o abismo que leva ao dilúvio e a tranquilidade do lago; do pântano sombrio à fonte cantante, flui, dilui, se dissolve e destrói na seiva. A água mede o equilíbrio e dá forma porque é um elemento invisível, implicando o caos antes da formação do universo. Fria, úmida, lenta, rápida, separada, conectada como um intermediário entre o céu e a terra, um símbolo da emoção e da alma, a água é considerada um elemento feminino destacado. Em um sistema simbólico que combina virtude, mansidão, fragilidade e persistência, força e humildade. No século XVIII, tornou-se H<sub>2</sub>O: um objeto incolor, insípido, o objeto do raciocínio científico, um corpo entre outros, importante, mas desprovido de alma ou sentido, uma coisa morta (BRUNI, 1994, p. 57).

Na sociedade contemporânea, por um lado, o homem conquistou uma série de procedimentos para facilitar a captação de água e, muitas vezes, o afasta da percepção do meio em que a água é captada. Nisto, a natureza demonstrou ser incontrolável por meio de tempestades e tsunamis, e as marés, ou por meio de secas devastadoras. Em ambiente macro político a luta pela água e com a água é um dos grandes problemas contemporâneos (JÚNIOR, 2006, p. 17). As funções tradicionalmente consideradas como mulheres produziram diferenças na forma como os sexos administram os recursos, especialmente a água. A participação igualitária de gênero nas decisões sobre destinos de água garantirá que

todos possam se beneficiar de áreas com escassez de água. As mulheres são a metade da população do mundo e as metas do Milênio da Organização das Nações Unidas – ONU, vinculam mulher, meio ambiente, água e saneamento (GAIA SCIENTIA, 2007, p.19).

Nos objetivos do Milênio, a Organização das Nações Unidas introduziram o tema de gênero porque a distorção do acesso à água, corrigindo a diferença por meio da igualdade de gênero, tais funções tidas tipicamente como femininas e, por este fato, criaram uma diferença na forma de gestão de recursos, especialmente a água. O reconhecimento da mulher como peça-chave na gestão hídrica foi ratificado na Conferência Internacional sobre a Água e o Meio Ambiente (1992), organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), realizada em Dublin (ICWE, 1992; HARRIS; GANTT, 2007).

No Nordeste, historicamente, a falta d'água tem sido narrada como uma experiência de dor, de fome, de lamentação, de migração, do preconceito e das lágrimas que escorrem em seus rostos ao ver a terra se secar e queimar pela falta de água. Essa visão tradicional do pobre decorre da contínua seca com um elemento natural e que está cercada por um mundo em que a seca é uma existência, convivendo com seus fenômenos persistentes e sempre ameaçadores.

A seca é o espetáculo da pobreza em sua dimensão ostensiva e rebelde, em que se configuram os vários modos dos camponeses mostrarem sua tragédia. Organizados ou não, eles percorrem os espaços legais e ilegais, trazendo a público na cidade a situação de vida no campo. (BARREIRA, 1990, p. 78).

Nas regiões semiáridas do mundo, as mulheres pobres são sempre as mais afetadas pela escassez de água. Ainda, informa que há 40% da população da África, América do Sul e Ásia vivendo em zonas semiáridas. E o desenvolvimento sustentável nas regiões, depende da participação igualitária de ambos os sexos, nos processos de tomada de decisão sobre o destino da água e gestão do ecossistema.

Historicamente este papel é relegado às mulheres e meninas, que além dos afazeres domésticos, têm a missão de suprir com água sua família. Todavia, o poder público e a sociedade encaram com naturalidade esta função destinada à mulher como provedora da água em algumas regiões do país. “E ser mulher neste século XXI, nos torna ainda mais responsável pelo Planeta, zelando por nossa Casa Planetária como fazemos com nossos lares, educando nossos filhos a olhar com este mesmo cuidado” (Souza, 2008, p. 142).

Esta relação da mulher com água, nas credices sertanejas elas também são responsáveis pela seca, pois a preservação dos valores morais tradicionais, que quase sempre é vista com uma componente do discurso popular sobre a seca. O argumento mais insistente

na literatura de cordel é a questão dentro do parentesco do papel social da mulher e sua sexualidade. Em outras palavras, a conexão entre a natureza e ordem social, vista como ordem familiar (ALMEIDA, 1979).

A desordem natural trazida pela seca irá refletir na ordem familiar, alterando o mais importante para a sua preservação, que é o controle da sexualidade feminina. “Seca e prostituição, seca e o aumento do “calor dos corpos”, seca e o aumento do “fogo das mulheres”, são temas constantes no discurso popular”. (Albuquerque, p 114, 1988).

A seca é apresentada com uma quebra da ordem natural, que incluem elementos da ordem sexual da família, visto no trecho dos versos de literatura de cordel o autor Sá, de João Pessoa (1932, p.02).

“De quem morre o lamento/ ecoa por todo o país  
Quem não morre come rato /Mulher vira meretriz/  
Criança quase não vive/ a gente muito infeliz”

No fato de carregarem água na cabeça remete a sensualidade na relação água/corpo que pressupunha a obrigação e a necessidade passou a ter também outra visibilidade como uma sensualidade no uso da água. Este modo de ver a luta pela administração da pouca água, sendo praticado também como marcador da sensualidade e do desejo. “[...] visibilidade é, para Foucault (apud LARROSA, 1994, p. 60) qualquer forma de sensibilidade, qualquer dispositivo de percepção”.

As latas d’águas cheias ou pela metade sempre deixam cair pingos no corpo de quem carrega, nele provocando a visibilidade da sensualidade e a provocação do desejo, mediada pela prática necessária de abastecer a residência com água, é uma experiência que muitas vezes silenciada pelo fato de estar associada à sensualidade e à sexualidade feminina, representada no geral, como um tabu ou uma prática (i) moral. São situações históricas de inscrições no corpo e aprendizagem da sexualidade. Para Louro (2015, p. 18):

A construção dos gêneros e das sexualidades dá-se através de inúmeras aprendizagens e práticas insinuam-se nas mais distintas situações, é empreendida de modo explícito ou dissimulada por um conjunto inesgotável de instâncias sociais e culturais.

Neste sentido, trago narrativas sobre minhas experiências, no qual os mais velhos falavam que, quando uma menina consegue carregar uma lata de água na cabeça, ela já está apta para casar. Além disso, são levadas em consideração as habilidades para organizar a casa e conseguir cozinhar. Estes são fatores importantes para conseguir um bom casamento.

A associação entre o corpo e a água é tema de frequentes formulações poéticas na história da arte, quer através da simbologia da água como elemento fundamental para a vida, quer seja pela relação entre a água, umidade e sexualidade ou mesmo devido às significações da água como purificação e meio para a higiene física e espiritual. (FORTES JÚNIOR, 2006, p. 35).

As ‘meninas moças’ com seus vestidos tubinhos, que eram modelos usados nos anos 60 que tinham cortes que acompanham a silhueta do corpo feminino, e com uma lata na cabeça, eram observadas pelos olhares dos rapazes, que ficavam à margem do açude quando iam também buscar água. “A água e a mulher juntas trazem um simbolismo erótico” (FERREIRA, 2008, p. 43).

Na educação de gênero que é passado pelas gerações, em que a mulher deveria carregar no corpo a honra da família, que é representada pela virgindade a qual representava o valor da decência e do respeito, não só para ela, mas para o pai e toda a família. Segundo Pitt-Riveres (1965, p. 33-34), a honra de um homem está “[...] ligada à pureza sexual de sua mãe, de sua mulher, filhos, e irmãs, mas não à sua”.

O corpo da mulher é considerado sagrado, porque é ela que dá à luz um filho, e para produzir vida, a água precisa de existir no seu corpo, no seu ventre. A professora Roseli Nomura (2017), do Departamento de Obstetrícia e Ginecologia da Unifesp (SP), em entrevista à Revista Crescer de Malacarne, afirmou: “O líquido amniótico começa a ser produzido nos primeiros estágios da gravidez”. Fortes (2006, p. 27-28) corroboram para esta explicação ao descrever que “mergulhar na água”, ser envolvido por ela, sentir por todo o corpo assemelha-se a estar contido no ventre da mãe. “A água é a mãe universal de todos os seres vivos, dando-lhes alimento, permitindo-lhes participar e permitindo-lhes viver”.

## 4.2 AS MULHERES RURAIS E OS SABERES POPULARES

Por ser uma ameaça constante que paira sobre sua vida do semiárido, as mulheres rurais desenvolveram múltiplos saberes transmitidos entre as gerações, e construídos da observação da natureza. Os saberes populares sobre o fenômeno nascido da “experiência”, a partir de um conjunto de sinais pela natureza, que podem anunciar o advento de uma estiagem, tornando possível sua previsão, e situa-se a vivência com o fenômeno e suas consequências.

Estas “experiências” buscam identificar na natureza sinais de chuva ou de estiagens, através da observação dos astros no céu, do nascer do sol, da direção dos ventos, ou mesmo da observação do comportamento de animais ou plantas em certos dias ou

época do ano. As “experiências” permitem ao camponês encarar o mundo com mais segurança, tornando-o menos imprevisível (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1988, p. 101 a 102).

São várias as “experiências” para a previsão de chuva, através da observação do céu como nuvens em forma de torre no sentido Norte, relâmpagos no nascente, lua minguante ou animais, como xexéu, cantando, cupim criando asa, aranha construindo a teia, embuá suspenso verticalmente, seriema cantando, formigas protegendo entrada de formigueiro. E nas plantas como: pau d’arco florando, Buriti com frutos e mandacaru florescendo.

Luiz Gonzaga e Zé Dantas, na letra da música “xote das meninas”<sup>10</sup>, gravada em 5 de fevereiro de 1953, trazem no trecho no que se refere ao mandacaru, fazendo menção ao saber popular na seguinte estrofe: “Mandacaru quando flora na seca, é o sinal que a chuva chega no sertão”. Tornando-se uma das peças mais populares de seu repertório. O saber popular a respeito da seca, a elaboração imaginária em torno dela e a sua articulação com outros temas, dentro de uma perspectiva que leve em conta a evolução deste discurso e sua relação com os acontecimentos.

A seca é uma presença marcante na cultura popular em toda sua extensão e essas “experiências” criadas por populares, sempre são relatadas pelos mais velhos como é relatada pela agricultora que exemplifica a fala do seu pai já falecido Sebastião e meu avô Zé de Júlio falecido em janeiro de 2021.

Até hoje acredito nas experiências de Sebastião e Zé de Júlio, dizia que dia 18 de outubro se tinha “barra de lagarta”, e no dia de Nossa Senhora da Conceição se relampear podia ter fé que havia inverno. Agora se no mês de outubro se não houver essa barra de lagarta, ninguém planta. As experiências do dia de São José, Santa Luzia dos mais velhos eu ainda continuo acreditando, quando é no dia que eles falam que pode acontecer, eu já saio olhando se tem relâmpago (Maria da Conceição Sítio Chapada, Imaculada-PB).

Têm muitas experiências do meu pai. Na fogueira de São João, ele enterrava uma garrafa de água na fogueira. Se a garrafa ficasse cheia, o inverno estava bom. Se ficasse mais seco, o inverno seria médio. Também colocar um salzinho numa laje se amanhecesse molhado com o orvalho da noite, aí o inverno era bom. (Maria do Carmo Sítio Chapada, Imaculada-PB).

Tais “experiências” estão também guiados pela fé, pois várias datas de comemoração de Santos na região, somaram as chamadas profecias que constam o comportamento do clima neste dia como afirmam nas falas das mulheres. Durval Muniz (1988, p. 102) traz a seguinte explicação:

<sup>10</sup> Música “xote das meninas”, do cantor Luiz Gonzaga. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=YI6Fy-fb9Ms>. Acesso em: 01/11/2021

A mais comum deste tipo de experiência é o do dia de Santa Luzia (13 de Dezembro), uma vez que o tomam como seguintes pontos de referência para o mês de janeiro do ano seguinte e os dias que se seguem correspondem aos outros meses, (assim o dia 14 é fevereiro, 15 é março e assim por diante). No dia em que chover, o mês correspondente será de chuva, e naquele em que não chover o mês correspondido será seco.

Quando a classe dominante da região teve que articular o discurso político para melhor controlar a imagem criada pelo fenômeno a partir dele, esse conhecimento passou a ser desqualificado para articular o conhecimento esperado. Portanto, faz com que esta classe dominante seja a portadora da verdade sobre a seca, e com todo o poder da seca que ela lhe dá, para torná-la mais convincente, ela deve desenvolver "conhecimento científico" sobre a causa.

Para ter um maior controle sobre a imagem que se produziu do fenômeno, a classe dominante este saber popular a partir dele elaborará, com as linhas da ciência, um saber que se pretende superior aquele, e que, portanto, torna esta classe dominante a portadora da "verdade" sobre a seca e com ela todo o poder que isto lhe confere (ALBUQUERQUE, 1988, p. 102).

A citação do autor traz relação com o diálogo de Maria de Lourdes, que ressalta que o saber popular já não tem credibilidade entre os mais jovens, "hoje ninguém quer saber mais não, depende da idade". E pode estar relacionado com este conhecimento científico, buscando então, criar um novo corpo de saber sobre a seca, procurando desqualificar e colocando para o campo das "superstições" este tipo de saber sobre o fenômeno.

Portanto, o território cultural é caracterizado por uma forte diversidade, forma e movimento, construindo para as pessoas que vivem aqui de várias maneiras e quem passa pela ciência mística de ser sertanejo. Assim, o homem e a mulher do sertão têm particular intuição para as forças terrestres, uma espécie de sentimento sensorial que transforma a experiência vivida em conhecimento, algo intuitivo e interpretativo dos sentidos aguçados. Tuan (1983) ressalta ainda que as pessoas, em sua maioria, fazem uso dos cinco sentidos na apreensão da realidade, uma espécie de sentimento sensorial que transforma a experiência vivida em perceber e interpretar.

No contexto do sertão, visto como um espaço ora paradisíaco ora infernal, onde o homem via-se submetido às intempéries da natureza em virtude do contato mediado pelo trabalho e aprendeu a utilizar os seus sentidos na apreensão dos sinais da natureza. Um dia considerado bonito é o de chuva, com um céu carregado de nuvens escuras, prestes a se precipitar em forma de chuva. O cair da água é vista sempre como sinal de bonança, avisado

sempre pela natureza com sinal de esperança, é o contraponto da seca. E este sentimento está na fala das mulheres sertanejas como a seguir:

Sinto alegria e já muda o clima. Quando chove que a pessoa está deitada e está caindo na telha a pessoa fica muito alegre. Principalmente no começo do inverno, “ah meu Deus o inverno vai ser bom”. Aí, as pessoas ficam muito alegres, pois vão lucrar muito. E, quando acorda com os passarinhos cantando é muita alegria (Maria de Lourdes Sítio Chapada, Imaculada-PB).

A agricultora Maria Terezinha, fala com empolgação essa alegria, “Ave Maria Priscila, só basta sair no terreiro e ver tanta água a alegria é grande”. Numa sociedade marcada pela seca, a água chega a aparecer como algo mágico, como sendo capaz de curar até doenças. Por isso, procura-se nos relâmpagos para os sertões de cima, na barra do poente, sinais da chegada da chuva. Como no registro feito durante a pesquisa no sítio chapada logo abaixo.

Figura 18 - Chuva no nascente



Fonte: Registro da pesquisa, 2020.

As características de dias de sol são tidas como um céu triste sem uma nuvem a marchar-lhe o azul. Neste aspecto, o sertanejo faz alusão à seca como se fosse “castigo de Deus” e a falta de fé, e podem ser percebidas estas manifestações religiosas em rezas. Como a autora Raquel de Queiroz traz nesta seguinte citação:

Só a Maria, a preta velha da cozinha, irrompeu pelo corredor, acocorou-se a um canto e engulhando lágrimas e mastigando rezas, resmungava: - O inverno! Senhor São José, o inverno! Benza-o Deus! (QUEIROZ, 2004, p. 139).

A seca não é, pois, apenas falta de água, mas também um momento de tristeza falta de movimento, de alegria, de canto, pois tudo morre tudo demonstra esta agonia, tanto na natureza, como do homem. A imagem tradicional da seca está impregnada na imagem da morte, pois se morre aos poucos, de sede e de fome, seja a vegetação, seja o animal, seja o ser humano. Nos diálogos das agricultoras sertanejas, apresentam este sentimento de dor.

Sinto tristeza, não tem água para o gado, não tem água. A água que tinha na cisterna nós tirava das cisternas e dava para os bichos, não ia ver morrer de sede. Antigamente tinha uma cacimba o pessoal escavava e dava água, depois acabou (Maria do Carmo, Sítio Chapada, Imaculada-PB).

Sem comer a gente pode ficar, agora sem água nem um dia, pois já começa a desidratação, se fosse para escolher entre água e comida eu escolheria a comida. Água é vida né! (Maria de Conceição, Sítio Chapada, Imaculada-PB).

Não dar tempo ficar triste não, a pessoa se preocupa para saber o que vai fazer. (Maria Joaquina, Sítio Chapada, Imaculada-PB).

Rachel de Queiroz (2004, p. 92–93) utilizou-se da temática para explorar a condição humana, diante da impotência do homem frente aos acontecimentos naturais, intensificados pela realidade social e econômica do sertanejo pobre. (...) “O vaqueiro sacudiu na boca uma mão cheia de farinha que lhe oferecia a mulher, e procurando quebrar entre os dedos um canto de rapadura, murmurou de certo modo consolado: Posso muito bem morrer aqui; mas pelo menos não morro sozinho”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebeu-se ao longo do trabalho que a população rural do Semiárido brasileiro tem dificuldade de acesso à água. Como todos sabem, a maior parte do território do Nordeste está localizada no Semiárido, que é um espaço geográfico delimitado por estiagem de longa duração, realidade não diferente na área de estudo da pesquisa. Cientes das características físicas do espaço procuraram compreender as políticas instituídas para enfrentamento dos problemas causados pela seca, e os motivos dos danos continuados à população que vive no espaço e como as mulheres vivenciam e representam a questão da água, seja em sua falta ou em seu acesso.

As intervenções ocorriam por intermédio principalmente das instituições criadas com o propósito de combater os efeitos da seca como o Instituto de Obras Contra as Secas, Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, que acreditavam que a questão da seca poderia ser resolvida por meio de construções hidráulicas.

Nesse sentido, essas Instituições investiram nas construções de grandes obras hídricas, como açudes, poços e barragens. Entretanto, essas construções, muitas vezes, eram realizadas em propriedades privadas, o que provocava o favorecimento dos latifundiários. Aos agricultores familiares, restavam medidas paliativas, a exemplo da distribuição de cestas básicas, distribuição de água em caminhão-pipa e o trabalho assalariado nos Programas das Frentes de Emergência. Estes também beneficiam os latifundiários, através do trabalho pago pelo Estado em propriedades privadas.

Nestas políticas aplicadas ao Nordeste na época, as mulheres não foram incluídas como sujeitos de direitos, merecedoras de reconhecimento da sua dignidade como pessoa humana. Existindo mecanismos culturais e de poder, as mulheres foram excluídas e não foram reconhecidas e valorizadas para a consolidação da igualdade de gênero. Para ocorrer a consolidação da igualdade de gênero, longos períodos e grandes lutas das feministas foram necessárias para uma importante intervenção das instituições que definem as políticas, incluir a questão de gênero nas políticas públicas relativas à água no Semiárido Nordeste.

Neste sentido, os movimentos de mulheres rurais continuam tendo um papel fundamental, que buscam reivindicações concretas, considerando que políticas públicas continuariam inexistentes e outras, embora aprovadas, nunca saíram do papel. No caso dos movimentos de saques, ocorridos durante o Programa Frentes de Emergência, em que agricultores se organizaram em uma busca desesperada por trabalho e alimentação, as

mulheres foram invisibilizadas, daí que também passaram a lutar e reivindicar o direito ao trabalho e à renda, a fim de somar aos ganhos de seus maridos. Isso demonstra que sem essas lutas organizadas, que pautaram reivindicações concretas, as mulheres continuariam invisíveis e sem acessos às políticas públicas existentes.

No esforço de superação de políticas assistencialistas, representantes de diferentes organizações existentes no semiárido passaram a construir alternativas de desenvolvimento social fundamentadas nos pressupostos de convivência com o semiárido. Da articulação entre diferentes organizações nasceu a ASA-Brasil, que se tornou no principal espaço institucional de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do Semiárido brasileiro. Com isso, ergueu-se o pilar central das políticas públicas de auxílio à convivência das famílias com o semiárido, visto que possibilita que a família mantenha suas necessidades mínimas de consumo de água, durante o período de estiagem. O acesso à água ocorre pela captação das chuvas, pela utilização de técnicas sustentáveis e adequadas à realidade das famílias rurais, garantindo segurança hídrica, dignidade e melhores condições de vida para a população local.

Adicionalmente, em 2011, ações desenvolvidas pelo Projeto Cooperar no Estado da Paraíba foi fortalecido, sem interferência político-partidária, quando os Conselhos de Desenvolvimento Rurais Sustentável-CMDR ganharam o papel exclusivo de eleger e priorizar as demandas, com autonomia na execução, contratação e fiscalização dos recursos financeiros recebido do Projeto Cooperar. O Programa, que é direcionado aos agricultores familiares, está voltado para minimizar as consequências do modelo econômico excludente e altamente competitivo, que deixou milhares de famílias rurais sem oportunidades de qualificação no mercado de trabalho e às margens do processo econômico.

Sem dúvidas, essas políticas públicas representam passos significativos para a melhoria das condições de existência das populações rurais do semiárido, no entanto, são muito recentes as discussões de gênero. Como definição da importância do papel social das mulheres nas questões da água ainda em fase de implementação, torna-se um pouco difícil fazer uma avaliação sobre os impactos na vida das mulheres rurais. Mas, com base na avaliação das mulheres rurais beneficiadas pelo Programa por mim entrevistadas, é possível afirmar que o acesso à água com tecnologias sociais acessíveis trazem melhorias significativas na vida das mulheres e de suas famílias.

Na divisão sexual do trabalho, em famílias rurais que trabalham em regime de economia familiar, as mulheres são responsáveis pelo trabalho doméstico, pela criação de pequenos animais e pelos plantios da horta e do quintal, além de participarem ativamente nos trabalhos agrícolas. Todavia, suas atividades não são consideradas como trabalho e, portanto,

não fazem parte da composição da renda familiar. Isto se deve a propagação de representações patriarcais, nas quais o trabalho da mulher é considerado apenas uma ajuda, ocupando uma posição de subordinação, o que dificulta o reconhecimento da mulher como trabalhadora rural. O que torna invisível o papel da mulher na agricultura familiar, sendo considerada apenas uma extensão das suas atividades domésticas, não remuneradas.

Sob tais condições sociais de vida e trabalho familiar, fica clara a existência de uma relação entre mulher e água. Por isso, do ponto de vista histórico, artístico, social e cultural, as mulheres sempre tiveram uma íntima relação com a água, pelas necessidades mais vitais do consumo familiar, dos animais e das plantações. São histórias gestadas e tecidas cotidianamente no semiárido, nas relações e lutas pelo acesso à água, que ora são publicizadas e ora devem estar guardadas e silenciadas por muitas mulheres. Nessa construção de uma história, a poética das águas também se relaciona com a sensualidade do corpo feminino.

Nos espaços auto-organizados de mulheres, elas passaram a intensificar o diálogo de saberes fundamentais para reinvenção e diversificação das práticas femininas e familiares com água e das representações sociais da água, no semiárido da Paraíba. Na percepção das agricultoras sertanejas entrevistadas, com as reflexões que deu origem a todo seu saber popular. Através dos sinais que a natureza emitia que pudessem anunciar o advento da seca, prevendo os seus males, mesmo assim, com a esperança que os sinais seriam errados. Pode-se perceber que com o tempo alguns destes sinais foram mudando, e mesmo que pudessem prever inverno no ano seguinte à estiagem, as chuvas eram de pouco volume. E por isso, os mais jovens da zona rural não acreditam, e este saber acaba morrendo com os mais velhos.

## REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A. N. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida. **Estudos Avançados**, v. 13, n. 16, p. 5–59, 1999.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz et al. **Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino**: de problema a solução (1877-1922). Dissertação de Mestrado. Mestrado em História. UNICAMP. Campina SP, 1988.
- ALMEIDA, **Horácio de. História da Paraíba**. Vol. I e II. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.
- ALVES, J. Seca dos séculos XVII e XVIII. **Revista Conviver Nordeste Semiárido**. Fortaleza, v. 1, n. 4, out-dez. 2004.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- ANDRADE, Maria Antonia Alonso de. **Clientelismo e máquina estatal nas eleições de 1982**. Textos UFPB-NDIHR nº 8. João pessoa. Fevereiro 1985.
- ARAÚJO, Gabriela Monteiro. Relações de poder e a resiliência das feministas rurais no Nordeste. In: 18º Redor. **Anais...** Paraíba, 2014.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**, v. 11, p. 7-36, 1997.
- ARRIAGADA, Irma. Mujeres rurales de América Latina e el caribe: resultados de programas y proyectos. In: GUSMÁN, Virginia; PORTOCARREIRO, Patricia; VARGAS, Virginia (Orgs.). **Uma nueva lectura: gênero en el desarrollo**. Entre Mujeres. Flora Tristán Ediciones. Peru, 1991.
- ASA, Articulação do Semiárido Brasileiro. **Construindo o futuro e cidadania no Semiárido**. Recife: ASA, 2009.
- ASA, Articulação do Semiárido Brasileiro. Propostas da Articulação no Semiárido Brasileiro para a Convivência com o Semiárido e Combate à Desertificação. **Declaração do Semiárido Brasileiro**. p.03. Recife 26 nov 1999. Disponível em: [https://www.asabrasil.org.br/User File/DECLARACAO\\_DO\\_SEMI-ARIDO.pdf](https://www.asabrasil.org.br/User File/DECLARACAO_DO_SEMI-ARIDO.pdf).
- ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula. Sociedade civil e institucionalização de políticas públicas: o caso do P1MC. 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER; 25-28 julho 2010: **Anais Eletrônicos**; Campo Grande, 2010.
- BACELAR, Tania. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.

BARREIRA, César. Seca: "Reprodução e Rebelião". **Revista Sociedade e Estado** vol. 4, n.2, p. 71-91. Brasília DF, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRANCO, Adélia de Melo. **Mulheres da seca**: luta e visibilidade numa situação de desastre. Recife, EDUFPB, 2000.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

BRASIL. **Artigo 13 da LEI nº 3.992 de 15 de Dezembro de 1959**. Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3692-15-dezembro-1959-354371-norma-pl.html>. Acesso: 02 jun 2021.

BRASIL. Exército Brasileiro. Centro de Comunicação Social do Exército. **Revista Verde Oliva**. 23(196), 2008.

BRASIL. **Lei decreto nº 2.741, de 20 de agosto de 1998**. Promulga a Convenção Internacional de Combate à Desertificação nos Países afetados por Seca Grave e/ou Desertificação, particularmente na África. Artigo 5º Diário Oficial da União: Brasília, DF. Disponível em : [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d2741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2741.htm). Acesso: 04 jun 2021.

BRASIL. **Lei nº 6.523 de 10 de setembro de 1997**. Diário Oficial da União, João Pessoa PB, 10 de setembro. Seção I, p.11.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993**. Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, Compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, 1993. Diário Oficial da União. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18666cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm)> Acesso em 07/07/2021.

BRASIL. Ministério da Integração e Ministério da Defesa - **Portaria Interministerial nº 1/MI/MD**, de 25 de julho de 2012. Disponível em: [http://www.lex.com.br/legis\\_23519185\\_portaria\\_interministerial\\_n\\_1\\_de\\_25\\_de\\_julho\\_de\\_2012.aspx](http://www.lex.com.br/legis_23519185_portaria_interministerial_n_1_de_25_de_julho_de_2012.aspx). Acesso: 10 jul 2021.

BRASIL. Presidência da República-Casa Civil. **Decreto No 2.618**, de 5 de junho de 1998. Dispõe sobre o Programa Emergencial de Frentes Produtivas e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2618.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2618.htm). Acesso em: 20 jul. 2019.

BRASIL. **Resolução da Secretaria de Estado da Saúde nº 48**, de 31 de março de 1999. Publicado em D.O.E. s. 1, v. 109. n. 61. Em 1º de abril de 1999, São Paulo.

BRUNI, José Carlos. A água e a vida. **Tempo social**, v. 5, n. 1-2, p. 53-65, 1993.

BRUSCHINI, M. Cristina; ROSEMBERGS, Fúlvia. (Org.) **Trabalhadoras do Brasil**. Brasiliense. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1982.

BUARQUE, C. A dimensão de gênero no mundo rural brasileiro contemporâneo. In. MIRANDA, C., COSTA, C.(Orgs.). **Desenvolvimento Sustentável e Perspectiva de Gênero**. Brasília: IICA, 2005.

BUTTO, Andrea; DANTAS, Isolda. (Org.). **Autonomia e cidadania: políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

CARNEIRO, Maria José. **Ajuda e trabalho: a subordinação da mulher no campo**. V Encontro da ANPOCS. Friburgo, 1981.

CARVALHO, José Otamar de. **Avaliação dos programas de desenvolvimento regional**. Brasília, SEPLANPR/IICA, 1994.

CARVALHO, José Otamar de *et alli* . **Plano Integrado para o combate aos efeitos das secas no Nordeste**. Recife: SUDENE, 1973.

CARVALHO, Rejane Vasconcellos. "**A seca do Nordeste e a mobilização camponesa**" Fortaleza, 1983.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. Coronelismo e neo-coronelismo: eternização do quadro de análise política do Nordeste. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 3, n. 2, 1987.

CASTRO, Iná Elias de. **O mito da necessidade: discurso e prática do regionalismo nordestino**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CHODOROW, Nancy. Estrutura familiar e Personalidade feminina. In: ROSALDO, M.Z; LAMPHERE, L. (Orgs). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

COSTA, Marli Marlene Moraes da; NUNES, Josiane Borghetti Antonelo. Políticas Públicas de gênero voltadas à mulher do campo: uma caminhada em busca da cidadania. **Seminário Internacional Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea**, n. 11, 2014.

DA ROCHA, Maria Isabel Baltar. **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000.

DAGNINO, Renato. **Gestão estratégica da inovação: metodologias para análise e implementação**. Taubaté: Cabral Editora e Livr. Univesitária, 2002.

DANTAS, Conceição. Organização de mulheres e convivência com o semiárido: a experiência das cisterneiras no Rio Grande do Norte. In: **Agriculturas Experiências em Agroecologia**. Rio de Janeiro, Leisa, Brasil, julho de 2007, v. 04, n. 02, p. 28.

DE ANDRADE, Maria Antônia Alonso. **Clientelismo e máquina estatal nas eleições de 1982**. João Pessoa: NDIHR-UFPB, 1986.

DE HEREDIA, Beatriz Maria Alásia; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, n. 8, p. 1-28, 2012.

DE MACEDO CARDOSO, Maria Lúcia. **A democracia das águas na sua prática: o caso dos comitês de bacias hidrográficas de Minas Gerais**. (2003). 243 p. Tese de Doutorado (Programa de pós-graduação em Antropologia Social Museu Nacional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, 2013.

DE MELO, Lígia Albuquerque. A mulher agricultora: relação íntima com a água. In: Encontro Internacional Fazendo Gênero 9, 2010, Florianópolis. **Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, 2010. Disponível: [http://www.fazendogenero.ufc.br/resources/anais/12844727\\_ARQUIVO\\_TEXTOULTIMO2010.pdf](http://www.fazendogenero.ufc.br/resources/anais/12844727_ARQUIVO_TEXTOULTIMO2010.pdf). Acesso em: 10/01/2020.

DE MELO, Lígia Albuquerque de. A mulher agricultora: Relação íntima com a água. Revista Fazendo Gênero 9, **Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, 2010.

DEL VALLE, Teresa. El espacio y el tiempo en las relaciones de género. **Historia de la Antropología Social: escuelas y corrientes**, p. 170-92, 1991.

DUARTE, Renato Santos. As secas no Nordeste: recorrência climática e descontinuidade. **Caderno CRH**, v. 13, n. 32, 2000.

DUQUE, Ghislaine. “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semiárido/ASA para o desenvolvimento sustentável. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 17, 2008.

DURAND, Valmiza da Costa Rodrigues et al. **As mulheres na agricultura familiar e a convivência com o semiárido no assentamento Angélica em Aparecida–PB**. Artigo (Mestrado em Sistemas Agroindustriais), Universidade Federal de Campina Grande, 2018.

EXÉRCITO BRASILEIRO - Centro de Operações Terrestre, **Diretriz de Planejamento de Ações Subsidiárias Nr 01/2009**. Brasília: Exército Brasileiro, 2009.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Ordem de Serviço Nr 011 – Esc Op Pipa/CMNE, de 30 de setembro de 2019 - **Programa Emergencial de Distribuição de Água Potável no Semiárido Brasileiro** - Operação Carro-Pipa. 2019.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, p. 47-71, 2004.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria da seca: o caso da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, p. 139, 1993.

FISCHER, Izaura Rufino; ALBUQUERQUE, Lígia. A mulher e a emergência da seca no Nordeste do Brasil. **Trabalhos para discussão**, n. p. 139, 2002.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2019.

FUNARI, Juliana Nascimento. **Um sertão de águas: mulheres camponesas e a reapropriação social da natureza no Pajeú**. 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade

Federal de Pernambuco.

FURTADO, Celso. **A fantasia desfeita. Obra autobiográfica de Celso Furtado.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GALLO, Nathalie Cristine; NAVARRO, Anna Carolina Lourenço. Mulher e Água: definições e novas representações. **Labor e Engenho**, v. 12, n. 2, p. 166-181, 2018.

GARCIA, Loreley. Água em três movimentos: sobre mitos, imaginário e o papel da mulher no manejo das águas. **Gaia Scientia**, v. 1, n. 1, p. 17-23. 2007.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil.** São Paulo: Loyola, p. 44, 1995.

GRISA, Catia. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Extensão Rural**, n. 14, p. 5-36, 2007.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. "Plantar pro gasto": a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 46, p. 481-515, 2008.

GRUPO DE TRABALHO DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste.** Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1959. Disponível: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/17760>. Acesso em: 01/09/2021.

HARRIS, Leila M.; GANTT, Whitney. Gender and shifting water governance: differential effects of privatization, commodification, and democratization. **Land Tenure Center**, Nelson Institute of Environmental Studies, University of Wisconsin, 2007. p. 1-9, 2007.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

HIRSCHMAN, Albert **O problema do Nordeste no Brasil.** p 133,1961.

JÚNIOR, Hugo F. Salinas Fortes. **Poéticas líquidas: a água na arte contemporânea.** Tese de Doutorado (Doutorado em Artes Plásticas) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LACERDA, Marina Basso. **Colonização dos corpos: Ensaio sobre o público e o privado.** Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Direito. PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2010.

LARROSA, Jorge. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **O sujeito da educação: estudos foucaultianos.** Petrópolis: Vozes, v. 1, n. 994, p. 35-86, 1994.

LE GOFF, Jacques et al. **História e memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEITE, Ilka Boaventura. Terra, território e territorialidade: três dimensões necessárias ao entendimento da cidadania do negro no Brasil. **Anais... Seminário América**, v. 500, 1990.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MAGALHÃES, A. R. (Org.). **Respostas Governamentais às secas: a experiência de 1987 no Nordeste**. Fortaleza, Imprensa Oficial do Ceará, p.32 1991.

MALACARNE, Juliana. Líquido amniótico: tudo o que você precisa saber sobre ele. **Revista crescer**, 2017. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Gravidez/2017/06/liquido-amniotico-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-ele.html>. Acesso em: 01 nov 2021.

MALVEZZI, Roberto. **Semiárido uma visão holística**. Recife: Imprinta express, 2005.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

MAURICIO FERRAZ. Fraude atinge a distribuição de água para as regiões de seca no Nordeste. **Jornal Hoje**. Palmeira dos Índios - AL, 2 de dez 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2013/12/fraude-atinge-distribuicao-de-agua-para-regioes-de-seca-no-nordeste.html>. Acesso: 15 de ago. de 2019

MEDEIROS FILHO, João; DE SOUZA, Itamar. **A seca do Nordeste: um falso problema: a política de combate às secas antes e depois da SUDENE**. Petrópolis: Vozes, 1987.

MEDEIROS, Rosa Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. O papel da mulher na agricultura familiar: dois estudos de caso. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 5, n. 1, 2003.

MELO H. P.; SABBATO, A. O feminino no mundo rural: um olhar pela PNAD/IBGE. In: Congresso Mundial De Sociologia Rural, 10. Congresso Brasileiro De Economia E Sociologia rural, 38. 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: SOBER, 2000. 1 CD-ROM.

MELO, Ligia de Albuquerque. **Relações de Gênero na Agricultura Familiar: o caso do Pronaf em Afogados da Ingazeira-Pe**. 2003. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós Graduação em Sociologia, Recife.

MELO, M. F. Água: o direito de proteger. In: **Proposta: Revista trimestral de debate da Fase: Água, Territórios e Conflitos**. Rio de Janeiro, 2005

MIR/SUDENE. **Programas Frentes Produtivas de Trabalho**. Relatório de Avaliação. Recife, SUDENE, dez, p 18, 1994.

NETTO, Manoel Sylvio Carneiro Campello. **Projeto ÁRIDAS: Uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável para o Nordeste**. GT II - Recursos Hídricos - GT 2.4 - Políticas de Recursos Hídricos para o Semiárido Nordestino. Fortaleza – CE: 1994. Disponível em: <http://repositorio.iica.int/bitstream/11324/3112/1/BVE31087006080p.pdf>. Acesso em: 01/03/2021

OLIVEIRA, J. E. D. **Impacto das Ações do Projeto Cooperar: Associativismo na apicultura contribuindo para sustentabilidade do semiárido**, João Pessoa, 2006.

PANZUTTI, N. da P. M. (1997). Mulher Rural: Eminência Oculta. **Cadernos CERU**, 8, 59- 79. <https://doi.org/10.11606/issn.2595-2536.v8i0p59-79>

PARAÍBA. **Manual de Operação: Acordo de Empréstimo N° 4251/BR. 01.** ed. Cabedelo: Projeto Cooperar, v. único, 2001.

PARAÍBA. **Resolução n° 093/2012**, João Pessoa, p. 14, 14 Outubro 2012. Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/diario-oficial-14-10-2011/>>. Acesso em: 10 Junho 2021.

PARENTE, Eneida R. **Seca, estado e mobilização camponesa: a expressão da resistência coletiva dos trabalhadores rurais cearenses na seca de 1979-83.** Fortaleza: UFC, 1985.

PAULILO, Maria Ignez. A mulher e a terra no Brejo Paraibano. In: BRUSCHINI, Cristina; ROSEMBERG, Fúlvia. (Org). **Trabalhadoras do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, Fundação Carlos Chagas, p. 163-190,1982.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Sobre a política de Assistência Social no Brasil. In: BRAVO, Maria Inês Souza; PEREIRA, Potyara A. Pereira (Orgs.). **Política Social e Democracia.** São Paulo: Cortez, 2001.

PINTO, E. B.; LIMA, M. J. DE. O Programa de convivência com o semiárido brasileiro e sua influência na mudança de hábitos e valores. **Cadernos De Estudos Sociais**, 24(1). . 2011. Recuperado de <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1396>. Acesso em: 11 out 2020.

PITT-RIVERS. Honra e posição social In: PERISTIANY, J. G. (org.). **Honra e vergonha: valores das sociedades mediterrâneas.** Tradução e prefácio de José Cutileiro. Lisboa: Fundação Caulouste Gulbenkian, 2ª ed. 1965.

PONTES, Emilio Tarlis. A estreita relação entre mulher e água no semiárido: o caso do Programa Um Milhão de Cisternas Rurais. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero.** v. 4, n. 1, pág. 14-21, 2013.

PORTAL DA OPERAÇÃO CARRO-PIPA. **Site.** Disponível em <http://sedec.5cta.eb.mil.br/>. Acesso em: Mai, 2021.

POUPART, Jean; et al (Orgs.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis: Vozes, 2010.

PROJETO COOPERAR. Assistência aos beneficiários. **Revista Paraíba Rural Sustentável**, Cabedelo, n. 02, p. 17, outubro, 2015.

PROJETO COOPERAR. **Consultas Públicas.** [S.l.]: [s.n.]. Julho 2015.

QUEIROZ, R. de. **O Quinze.** 77ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

QUIROGA, Ana Maria. **As Frentes de Emergência e o Movimento dos Saques: o dilema do alimento e trabalho no meio rural paraibano.** Texto debate, João Pessoa. 1984.

REIS, Kellen C. F; MAIA, Ana C. B. Estereótipos sexuais e a educação sexista no discurso de mães In: VALLE, Tânia Gracy Martins do (Org.). **Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788598605999. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109318>>.

RIOS, Pedro P. Souza; BASTOS, Adson dos Santos; BARROS, Edonilce da R. Mulheres no semiárido brasileiro: uma história invisibilizada. **Revista Ouricuri**, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2015.

SÁ, de João Pessoa. **Seca, Fome e Miséria**. João Pessoa- PB, 1932.

SABINO, Sylvia Bené de Oliveira. **Programas emergenciais de combate aos efeitos da seca no Nordeste: o que mudou na década de 90?** 2002. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2002.

SAFFIOTI, Heleith. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. **Lutas Sociais**, n.2, p. 59-79 São Paulo 1997.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 437-443, 2007.

SANTOS, Ângela Aparecida et al. Estudos rurais: Uma breve retórica sobre o patriarcado. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 76533-76548, 2020.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCOTT, Joan. **Cidadão Paradoxal: As feministas francesas e os direitos dos homens**. Florianópolis: Editora Mulheres, p. 70-71, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, 1995.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org). **A escrita da história**. Novas perspectivas. São Paulo: UNESP. p 73, 1992.

SCOTT, Russell Parry. Ruralidade e mulheres responsáveis por domicílios no Norte e no Nordeste. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, p. 425-436, 2007.

SECRETARIA, ICWE A Declaração de Dublin sobre Água e Desenvolvimento Sustentável. Artigo apresentado na **Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente**, p. 26-31, Dublin, Irlanda, 1992.

SILVA, Jairo Bezerra; GUERRA, Lemuel Dourado; GOMES, Ramonildes Alves. A ralé hídrica e a elite da água no semiárido brasileiro: a articulação entre o mercado dos carros-pipa, as cisternas residenciais, as hidrobiopolíticas e seus agenciamentos. **Contemporânea, Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 9, n. 3, p. 943-962, 2019.

SOARES, Daniela Nogueira. **Gênero e água – desenhos do Norte, alternativas do Sul:**

Análise da experiência do semiárido brasileiro na construção do desenvolvimento democrático. Tese de doutorado (Doutorado em Sociologia). Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

SONDA, Claudia et al. A convivência da mulher com o semiárido. A vida antes e depois das cisternas. In: **Simposio Brasileiro De Captação De Água De Chuva No Semiárido**. 2001, Campina Grande, PB. Disponível em: <[ww.abcmac.org.br/files/simposio/3simp\\_claudia\\_aconvivenciadamulhercomosemiarido.pdf](http://www.abcmac.org.br/files/simposio/3simp_claudia_aconvivenciadamulhercomosemiarido.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2011.

SOUZA, Givaldo Alves Silva de et al. **Projeto Cooperar: Levantamento histórico da política de combate à pobreza rural no estado da Paraíba em parceria com o Banco Mundial**. Trabalho de Conclusão de Curso (Tecnólogo em Gestão Pública). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

SOUZA, L.C. **Descobrimo-se água: um olhar feminino**. In Heimann et al. (Org.) *Nossas Mulheres 2*. Jundiaí: In House. p.141-145, 2008.

STM, Superior Tribunal Militar. **Militar é condenado por esquema de corrupção em operação contra a seca**. 2011. Nota Dez. 22 de nov. de 2011. Disponível em: <<https://nota-dez.jusbrasil.com.br/noticias2935247/stm-militar-e-condenado-por-esquema-de-corrupcao-em-operacao-contra-a-seca>>. Acesso em: 23 de ago. de 2019.

TEDESCHI, Losandro Antônio. Meu nome é “ajuda”. A vida cotidiana e as relações de poder, gênero e trabalho das mulheres trabalhadoras rurais na Região Noroeste do Rio Grande do Sul. **Revista Contexto & Educação**, v. 19, n. 71-72, p. 45-64, 2004.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira, cap. 2. 1983, São Paulo: DIFEL.

UNESCO. **World Water Assessment Programme. International Year of Planet Earth**. 2009. Disponível em <https://en.unesco.org/wwap>. Acesso em: 11 set. 2016.

VIEIRA, Flávio Lúcio Rodrigues. O banco mundial e o combate à pobreza no nordeste: o caso da Paraíba. **Caderno CRH**, v. 21, p. 113-129, 2008.

VIEIRA, Vicente P. P. B. Água Doce no Semiárido. In: REBOUÇAS, A. da C.; BRAGA, Benedito; TUNDISI, José Galizia (Org.). **Águas doces no Brasil: Capital Ecológico, Uso e Conservação**. São Paulo: Escrituras Editora, 1999, p. 509-531.

VILLA, Marco Antonio. Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX, In: **Revista Brasileira de História**. v. 22, nº 43, pp. 251-254. São Paulo, 2002.

WARREN, Ilse Scherer. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Ed. da UFSC, p.20, 1984.

XAVIER, Flaviana Ferraz. **Considerações a respeito dos poços parados e secos do município de Floresta, Pernambuco, Brasil**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

ZERZAN, John Pessoa. Patriarcado, Civilização e as Origens do Gênero. **Revista Gênero**

**& Direito**, v. 1, n. 2, 2011.